



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA MUNICÍPIO DA AMADORA

Assunto: Apreciação, discussão e votação da Ata n.º 20 mandato 2017/2021.

Considerando o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, remeto para apreciação, discussão e votação a Ata n.º 20.

Primeira-Secretária em substituição provisória do Presidente da Assembleia

Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MINA DE ÁGUA
MUNICÍPIO DA AMADORA

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

(texto aprovado em minuta)

Nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia aprovou em minuta o texto da deliberação tomada em sessão ordinária de 29 de junho de 2021.

Ata n.º 20 mandato 2017/2021

VOTAÇÃO: Aprovada por Unanimidade:	
VOTAÇÃO: Aprovada por Maioria:	Com <u>11</u> votos a favor das Bancadas e/ou dos Vogais <u>5 PS + 2 PSD + 1 CDU + 1 CDS + 2 BE</u>
	Com <u>0</u> votos contra das Bancadas e/ou dos Vogais
	Com <u>1</u> Abstenções das Bancadas e/ou Vogais <u>MIMA</u>

Amadora, aos 29 de junho de 2021.

Primeira-Secretária em substituição provisória do Presidente da Assembleia

Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro

Ao décimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Ordinária por Videoconferência, em cumprimento do disposto nos termos do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 14.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e ao abrigo das medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 e da doença COVID-19, ao abrigo da Lei n.º 28/2020 de 28 de julho, a Assembleia de Freguesia de Mina de Água com a seguinte Ordem do Dia:

Ponto Um - Apreciação, discussão e votação da Proposta de Orçamento e Opções do Plano para 2021;

Ponto Dois - Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2021;

Ponto Três - Apreciação da Informação Escrita do Presidente;

Ponto Quatro - Apreciação dos Compromissos Plurianuais;

Ponto Cinco - Apreciação, discussão e votação da Autorização Genérica para dispensa de Autorização prévia da Assembleia de Freguesia dos Compromissos Plurianuais – Art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro - Regulamentada pelo Art.º12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06.

Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) tomou da palavra, cumprimentando os presentes e agradecendo a presença de todos. Informou que existia apenas uma substituição e que o Membro que substituiu deveria dirigir-se às instalações da Junta para dar cumprimento a esta, assinando a ata de substituição. -----

Tomada de Posse das substituições:

O Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) - informou que, face ao pedido de substituição da Segunda-Secretária Maria Carlota Teixeira Fernandes (PSD), o Membro em falta seria substituído por Nuno Gonçalo de Oliveira Ramalho (PSD). -----

Verificada a regularidade formal dos atos e confirmada a identidade do eleito, o Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) declarou-o investido na função de Membro da Assembleia de Freguesia, conforme documentos anexos à presente ata. Determinou que, devido ao facto de ter ficado sem um elemento da mesa da Assembleia, o Vogal Nuno Gonçalo de Oliveira Ramalho (PSD) substituiria a segunda-secretária para esta assembleia, tendo esta determinação sido aceite por ambas as partes. -----

Membros da Assembleia presentes:

Bancada do PS: O Presidente Carlos Filipe de Sousa Garcia, a Primeira Secretária Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro e os Vogais António Pedro de Almeida Viana, Joaquim António

Piedade Moedas, Manuel Baía Patrão, Ana Lúcia Pereira Leitão, José Natálio Rijo Rodrigues, Carla Campos Garcia, Inês Filipa de Freitas e Serafim dos Anjos Ginja; -----

Bancada do PSD: Os Vogais Nuno Gonçalo de Oliveira Ramalho, Rui Tiago Gonçalves Monteiro e Ricardo Manuel Machado Santos Girão; -----

Bancada da CDU: os Vogais Eduardo Manuel Machado Dores e Sónia Cristina Catarino Baptista; -----

Bancada do BE: os Vogais Maria Cândida Pereira e Carlos Alberto dos Prazeres Miranda; -----

Bancada do CDS: a Vogal Aldina Túlia Figueiredo Longo; -----

Bancada do MIMA: a Vogal Alexandrina Maria Oleiro Carocinho Louro. -----

Totalizando os dezanove Membros da Assembleia de Freguesia Mina de Água. -----

Membros do Executivo presentes:

O Presidente Joaquim Marques da Rocha (PS), o Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) e os Vogais Adelaide Espírito Santo (PS), António da Silva (PS), Domingos Silva (PS) e Luis Pires (PS). -----

Depois de verificadas as presenças dos Membros da Assembleia de Freguesia e constatada a existência de quórum para a sua prossecução, o Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) declarou aberta a sessão. -----

Período Antes da Ordem do Dia:

O Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) abriu as inscrições para o período reservado às intervenções das forças políticas. Inscreveram-se para tomar a palavra os **Vogais Alexandrina Louro (MIMA), Sónia Baptista (CDU) e Carlos Miranda (BE).** -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA).-----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 20.55/24.34 - Intervenção transcrita na íntegra - "Obrigada Senhor Presidente. -----

Boa noite a todos, espero que se encontrem bem, desde a última vez.-----

Quero congratular-me pela presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que tinha dito que possivelmente não estaria, mas afinal conseguiu estar presente. -----

Gostaria de perguntar como é que está a situação das transmissões das reuniões e se já tem o parecer do jurista, porque penso que se mantém a situação da reunião não estar a ser transmitida e não ser gravada e não ser divulgada, gostava de saber como é que estava essa situação. -----

Agora para, queria levantar uma questão em relação, em relação a alguns buracos das ruas, queria levantar uma questão que tinha a ver com os buracos nas ruas, não é?! Na Pedro Álvares Cabral sentido descendente, aí mais ou menos a meio da rua, junto a umas lombas, está um buraco enorme. (Estava a falar, não sei se me ouviram...) Em relação ao buraco que existe, um dos buracos que existe na Pedro Álvares Cabral e refiro um por ser o maior, está junto a uma

lomba, no sentido de quem desce. Na Estrada de Á-da-Beja, pronto, eu já uma vez tinha falado nisso e volto a falar, a estrada que atravessa Á-da-Beja, ela efetivamente desde o início de quem entra na Quinta do Plátano até quem sai junto à ponte ali junto à Rua do Algarve, pronto, os buracos são mais que muitos, e andar naquela estrada é, pronto, é uma situação complicada, porque é um desvio constante de buracos. Está bem, eu sei que a reparação dos buracos nas ruas e a reposição do alcatrão não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, de qualquer das formas, gostaria de que o Senhor Presidente Junta fizesse a comunicação e que depois me remetesse a comunicação que vai ser efetuada à Câmara, está bem? Depois de fazerem a participação à Câmara, por e-mail, por ofício como habitualmente fazem, eu depois agradeço que me remetessem, com conhecimento para mim. -----

Por hoje é só, por agora. -----

Ah! Só queria pedir mais uma coisa, é que há semelhança das Assembleias anteriores eu solicito que as minhas intervenções sejam transcritas.” -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à Vogal Sónia Baptista (CDU). -----

Vogal Sónia Baptista (CDU) 24.41/28.49 - Intervenção transcrita na íntegra – “Olá! Boa noite, mais uma vez, a todos, alguns eu ainda não tinha cumprimentado. -----

Ora bem, então eu hoje queria fazer mais perguntas do que propriamente apresentar reclamações. Portanto, o que é eu queria perguntar: O Mercado da Mina, já não é a primeira vez que eu falo, já não é a primeira vez que o Senhor Presidente da Junta me responde acerca do Mercado, portanto queria, foi a grande bandeira há três anos da campanha eleitoral, e o Mercado da Mina teve pequenas reparações, pequenas intervenções, mas continua igual. E eu podia deixar este ponto mais para a frente para o orçamento, mas como é uma obra de fundo e não será realizada pela Junta de certeza absoluta, queria perguntar em que pé é que está a requalificação do nosso Mercado. -----

Depois queria perguntar também relativamente às podas que têm sido feitas nas árvores: têm sido feitas podas “radicais”. Falando com alguns jardineiros, eles depois têm-nos dito que estas podas “radicais” depois acabam por não ser más para as árvores, não só facilitam em termos urbanos, não é?! (porque deixam de bater nos prédios, os ramos e isso assim) mas é de facto... convém explicar-se isso à população, porque as pessoas depois andam sempre muito indignadas e reclamam sempre muito a questão destas podas que se vão fazendo. -----

Queria perguntar também em relação à limpeza das ribeiras, a da Falagueira e a de Carenque, que continuam (e agora pior, não é?! porque tem chovido muito) continuam a apresentar um

estado de degradação muito grande; não nos dignifica enquanto Freguesia termos que passar por estes espaços, então ali no Parque Aventura é muito evidente, não é?! Passa muita gente diariamente pelo parque, para além dos nossos amigos ratos, que já posso considerar ratos que vão passeando pelas ruas como se fossem munícipes, não é, já com as suas habitações já aqui instaladas. -----

Quero perguntar quando é que está previsto o Parque da Fonte da Avenças e da Boba, de passarem para a Junta de Freguesia em termos de manutenção. Sabem tão bem quanto eu que estes parques também não estão tão bem cuidados, como estão outros Parques da Freguesia, não é?! E não sendo, não estando na competência da Junta, pouco pode ser feito, mas queria saber quando é que vai passar para a Junta. -----

Depois, agora um elogio... um elogio às iluminações de Natal. Há dois anos (penso que foi há dois anos) eu fiz uma pergunta concreta que foi: porque é que as iluminações de Natal chegavam à Junta de Freguesia à delegação de São Brás e não passavam para o Bairro da Boba, e este ano temos iluminação no bairro da Boba, temos iluminação em Vila Chã, temos iluminação numa série de locais, e ah, temos iluminação também na rua da Carbeta, que é uma rua também de muito comércio, para além de estarem lindíssimas aquelas lojas. Portanto gostaria de dar os parabéns à Junta de Freguesia, mas por outro lado tenho que perguntar que quando se está a aproximar a mudança da hora, porque é que não é acautelado a questão de mudar imediatamente também a questão do temporizador. Portanto, chegamos a estar três semanas em alguns locais que as luzes só acendem por volta das sete da noite, não é?! E começa a ser... e depois quando começa a chover é mesmo muito escuro. -----

Depois, última questão tem a ver com a última reunião ao abrigo do estatuto da oposição; portanto... foi-nos enviado um e-mail para nós apresentarmos sugestões, mas não foi propriamente realizada a reunião, e queria perguntar porquê, poderíamos ter feito uma videoconferência, marcado. Pronto, disse. Obrigado."-----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Carlos Miranda (BE). -----

Vogal Carlos Miranda (BE) 29.51/31.52 - Cumprimentou todos os presentes e desejou que todos aos Membros e respetivas famílias que se encontrassem bem. -----

Referiu que nesta reunião não se iria alongar muito em virtude de esta reunião já ser só por si longa. -----

Mencionou que o Senhor Presidente havia dito que as podas das árvores seriam realizadas de acordo com critérios a definir, julgando que fosse de acordo com as necessidades mais urgentes; contudo, salienta que não conseguem compreender como é que uma das principais ruas da Freguesia, a Avenida General Humberto Delgado, continua sem intervenção, aludindo para os ramos de árvores que quase entram pelas janelas dos prédios, assim como na Rua Comandante Ferreira

do Amaral, em que podaram cerca de metade das árvores existentes e deixaram as copas das árvores a ocupar o passeio na sua totalidade em três locais diferentes, considerando que uma semana para retirar as copas seria um pouco demais, uma vez que impedia a circulação pelo passeio, e obrigando assim os transeuntes a circular pela estrada. Informou também que já havia enviado esta informação a um membro do executivo. -----

Terminou a sua intervenção desejando um feliz Natal a todos, junto das respetivas famílias. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao **Presidente Joaquim Marques Rocha (PS)**, para esclarecimentos. -----

Presidente da Junta de Freguesia Joaquim Marques Rocha (PS) 32.20/44.29 – Cumprimentou todos os presentes.-----

Em resposta à **Vogal Alexandrina Louro (MIMA)** informou que tem conhecimento dos buracos da Av. Pedro Álvares Cabral e que a Câmara Municipal já está informada desta situação que, e segundo informação que obteve, se encontra a aguardar a entrega de alcatrão em frio para que seja possível colmatar esta lacuna; à semelhança desta, também a situação da estrada de Á-da-Beja se encontra a aguardar intervenção, uma vez que já foi pedida mais do que uma vez. Informou ainda que remeterá novo pedido e que o fará chegar à Vogal, para que tenha conhecimento. -----

Relativamente às gravações das Assembleias, referiu que estão a tratar do assunto e que, logo que possível, os responsáveis por esta área irão agir em conformidade. -----

Em resposta à **Vogal Sónia Baptista (CDU)** referiu que a obra de melhoramentos ao Mercado Municipal da Mina está prevista ter início a 04 de janeiro de 2021. -----

Relativamente à poda “radical” de árvores, esta apenas acontece em árvores que não corram o risco de secar e apenas é feita de acordo com as indicações dos técnicos especialistas da empresa de poda. -----

No que concerne à limpeza das ribeiras, informou que a Câmara Municipal da Amadora efetua uma limpeza de dois em dois anos, salientando que este ano ainda não havia procedido a esta limpeza, mas que o concurso se encontra aberto, esperando que esta ocorra a qualquer momento. -----

Mencionou ainda que, a respeito dos parques da Boba e Fonte das Avencas, estes são da competência da Câmara Municipal, sendo que à Junta apenas compete solicitar intervenção (uma vez que a Junta não aceitou as descentralizações devido à complexidade destas face aos recursos da Junta de Freguesia). -----

Em resposta ao **Vogal Carlos Miranda (BE)** referiu que, relativamente à questão levantada sobre a poda das árvores, a empresa de poda já teve de se deslocar ao local mais que uma vez para

terminar o serviço da poda, mas não tem sido possível em virtude de os munícipes não respeitarem os sinais de proibição de estacionamento, inviabilizando assim o término da intervenção e, conseqüentemente, prolongando no tempo a mesma. -----

Relativamente ao levantamento de arbustos, informou que estes decorrem logo que possível, por norma nos dois dias a seguir à poda. -----

Ainda em resposta à **Vogal Sónia Baptista (CDU)** esclareceu que, no que se refere à reunião relativa ao estatuto da oposição, esta não era obrigatória e que havia sido enviado um e-mail para todas as forças políticas para que fizessem chegar as sugestões, tendo em consideração a situação pandémica. Salientou ainda que apenas duas forças políticas haviam respondido a esse e-mail: no caso foi o BE, na pessoa da Vogal Maria Cândida Pereira, e o PSD, na pessoa do Vogal Rui Monteiro; agradeceu também a preocupação na resposta e reforçou que ambas serão tidas em conta. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) tomou da palavra para informar que, relativamente às Atas, estas serão publicadas em breve, uma vez que existiu um atraso relativamente à entrega destas devidamente assinadas. -----

Informou ainda, relativamente às reuniões que estão a ser gravadas, que já tem em mão dois pareceres, sendo um deles da CCDR do Norte, e que, uma vez que haviam acabado de chegar, ainda não tinha tido tempo para os ler; informou igualmente que estes pareceres serão enviados para os vogais. -----

Período da Ordem do Dia: -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) deu início ao período da Ordem do Dia. -----

Ponto Um - Apreciação, discussão e votação da Proposta de Orçamento e Opções do Plano para 2021. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao **Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS)** para apresentação do documento. -----

Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 49.18/55.06 – Cumprimentou todos os presentes. -----

Informou que iria fazer uma breve introdução relativamente às opções do plano e ao orçamento para 2021. -----

Recordou que, de acordo com o conteúdo enviado via e-mail no âmbito do estatuto da oposição, tiveram a oportunidade de verificar um ligeiro aumento, de cerca de 6,6%, comparativamente ao orçamento de 2020, fazendo com que o orçamento de 2021 passasse para um valor um pouco acima dos 2 500 000,00€ (dois milhões e meio de euros). -----

Salientou que este orçamento reflete essencialmente a manutenção dos protocolos com o município, bem como as delegações de competências que passaram a definitivas em 2020 e cujo valor

sofre ligeiras alterações do Município via DGAL no quadro 57, nomeadamente na limpeza urbana em que será atribuído mais 110.700,00€ (cento e dez mil e setecentos euros) / ano para pagar duas varredoras, salientando que foi um valor estimado por parte do Município e que foi determinado após um estudo económico para uma aquisição por *renting* e que neste caso seria *leasing* operacional para uma varredora média e uma de pequeno porte, bem como uma alteração no que concerne a recolha de monos que surge para fazer face ao volume de monos recolhidos e devido a uma alteração das regras dos verdes que estavam a ser contabilizados e deixam de estar, existe um ligeiro aumento de 47.000,00€ (quarenta e sete mil euros). Informou ainda que se encontram atualmente duas viaturas e quatro elementos afetos à recolha de monos diariamente a percorrer toda a Freguesia e que iriam apostar numa renovação da frota.-----

Mencionou que decidiram manter o conjunto de atividades que a Junta desenvolve anualmente, apesar do grau de incerteza provocado pela pandemia. -----

Aludiu que, a nível de investimento, apontavam para a substituição integral de todo o mobiliário urbano do Parque Central, em consonância com o Município, e que este processo teria início em janeiro de 2021. -----

Salientou também o investimento em dois projetos que se encontravam em análise e que seriam: a construção de um *Dog Park*, em local central e a designar, e a construção de um *Skate Park*, numa perspetiva de trazer os jovens para a rua.-----

Referiu ainda que nos outro tipos de apoio iriam manter o que já faziam, tal como os apoios aos movimentos associativos e às escolas. -----

O Vogal Tesoureiro mencionou também que na área social se mantém em aberto qualquer alteração que seja necessária fazer, face a algum tipo de apoio. Salientou que, relativamente à pandemia, a Junta de Freguesia está a trabalhar em consonância com o Município, que é a entidade que está a gerir em primeira instância, e que, em caso de existir a necessidade de apoiar alguma família ou instituição, a Junta de Freguesia o fará. -----

Aludiu para, na eventualidade de correr tudo dentro da normalidade, a previsão de passagem de um saldo considerável em abril, devido a um conjunto de circunstâncias como a impossibilidade de realização de atividades, existindo um *superavit* no que concerne ao saldo da gerência, permitindo uma calendarização de um conjunto de investimentos e outras ações que considerem importantes.

Esclareceu relativamente ao orçamento que, se analisarem a parte das notações orgânicas, podem verificar que se mantém na mesma linha, existindo um ligeiro aumento na Higiene Urbana devido à aquisição de novas varredoras e pela aposta na contratação de mais recursos humanos.

No que respeita ao Desporto, Cultura e Tempos Livres referiu que as atividades que já eram habituais realizar em anos anteriores serão sujeitas a uma revisão em abril ou maio, após a inclusão do saldo de gerência em virtude de estas se encontrarem dotadas abaixo da realidade. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os Vogais Ricardo Girão (PSD), Eduardo Dores (CDU), Maria Cândida Pereira (BE), Túlia Longo (CDS), Rui Monteiro (PSD), Alexandrina Louro (MIMA), Serafim Ginja (PS), Nuno Ramalho (PSD) e Manuel Patrão (PS). -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

Vogal Ricardo Girão (PSD) 56.18/1.02.49 – Cumprimentou todos os presentes e desejou que todos se encontrassem bem. -----

Referiu que iria ser muito breve, uma vez que esta seria a quarta vez que discutiria o mesmo, e considerando que não existiam grandes mudanças, manifestou o seu desagrado pela forma como as sugestões são acolhidas e também a necessidade de obter resposta a duas questões muito objetivas. -----

Questionou o porquê de um *Skate Park*, já que considera não existir muita adesão a esta modalidade, sugerindo assim a construção de equipamentos como campos de futebol ou quadras de basquetebol. Questionou ainda qual a localização deste equipamento e quais os respetivos custos previstos para a instalação deste equipamento. -----

No que concerne às grandes opções do plano, questionou quais as políticas de proximidade, atividades de manifesto interesse cultural e quais os eventos culturais que pretendem impulsionar ou produzir para além dos dois grandes eventos que haviam mencionado, solicitando alguns exemplos do que pretendem propor para o ano de 2021. -----

Lamentou que neste ano complicado para as empresas e para as pessoas, no qual o desemprego na Amadora duplicou comparativamente com o período homólogo, e tendo em conta essa realidade, esperaria que a Junta tivesse algum tipo de ideias ou apoio para ajudar os pequenos negócios; aludiu que esta provavelmente remeteria estas questões para os programas existentes para o efeito, contudo considera que existiam pequenos gestos ou pequenas medidas que poderiam ajudar em muito os pequenos negócios, referindo que são os que mais estão a sofrer com a situação pandémica; terminou a sua intervenção sugerindo ajudas na divulgação dos negócios ou ainda na resolução de pequenos problemas. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Eduardo Dores (CDU). -----

Vogal Eduardo Dores (CDU) 1.04.59/1.09.18 – Intervenção transcrita na íntegra - “Boa noite a todos, penso que não tinha aqui entrado na sessão. -----

Uma primeira nota para o Senhor Presidente, Senhor Presidente eu julgo que o anfitrião, digamos assim, a pessoa que está a gerir a sessão tem a possibilidade de desligar os microfones de toda a gente; o Senhor Presidente já tinha de alguma forma feito o apelo a que se desligasse, eu penso que tornaria a audição da sessão bem mais interessante. -----

Uma segunda nota para o Ricardo Girão, subscrevo em absoluto a intervenção dele em muitos dos parâmetros e das questões que colocou; para além destas dúvidas sobre o *Skate Park*, a mim, enfim... há aqui uma perspetiva que são os polidesportivos informais que estão todos praticamente ao abandono e que não foram... que não têm sido recuperados nem têm sido criados novos espaços para a prática do desporto informal na Freguesia. Sabemos que hoje estamos a alcatroar cada vez mais todo o espaço e quando nos preocupamos que os jovens ficam cada vez mais em casa a jogarem, enfim... em atividades, digamos assim tecnológicas, em vez de saírem para a rua e fomentarmos uma maior, uma maior atividade na rua dos jovens. -----

Passando agora ao orçamento propriamente dito e enfim... de alguma forma também dizer que este é o nosso último orçamento, pelo menos deste mandato, eu costumo fazer uma análise muito fina aos orçamentos, face ao espírito que fomos criando aqui em termos de Assembleia, também não o fiz. De facto há questões que às vezes nos cansamos um bocadinho de procurar contribuir para melhorar algumas coisas, mas depois não existindo *feedbacks* desistimos um pouco dessa perspetiva. -----

Relativamente ao documento propriamente dito, eu penso que é um orçamento do meu ponto de vista equilibrado, enfim... cauteloso; há um aumento de 7% em relação ao ano 2020, preocupamo-nos aqui a taxa de dependência cada vez maior da administração pública quer central, quer local, têm vindo a aumentar significativamente ou paulatinamente ao longo dos anos. Verificamos que a Junta persiste na questão dos CEI'S, enfim, o orçamento para os CEI'S aumenta de 24 000,00€ (vinte e quatro mil euros) para os 29 000,00€ (vinte e nove mil euros), pelos vistos as preocupações que temos vindo a colocar não têm tido respaldo junto do executivo. -----

Relativamente às receitas próprias, embora estejam estruturadas em função dos anos anteriores, não foram aqui acauteladas soluções alternativas, isto é, basicamente as receitas próprias são um respaldo do ano anterior. Obviamente que estamos em dois anos atípicos, quer 2020, quer 2021 será de alguma forma, esperar-se-á um ano difícil desse ponto de vista, da parte da situação das pessoas de um conjunto de atividades e, portanto, obviamente o Nuno disse e bem que não sabemos o que é que vai acontecer para o ano, portanto enfim sendo de alguma forma uma radiografia do ano anterior também não havia, não houve aqui a preocupação de procurar soluções alternativas. -----

Relativamente ao orçamento despesa, verificamos que há uma diminuição da maioria das orgânicas, o Nuno já referiu isso, e eu penso que bem do ponto de vista daquilo que são as expectativas do próximo ano, de qualquer forma há aqui subidas significativas da Higiene Pública e dos Espaços Verdes, obviamente que as eleições autárquicas 2020 estarão aqui na mente e na preocupação de alguma forma deste executivo. -----

No orçamento da Cultura, Desporto e Tempos Livres, verificamos que de facto, enfim, uma das preocupações que existe e que está na sociedade são os agentes culturais, o orçamento relativamente às atividades culturais, enfim, ficou aqui por meio daquilo que era o orçamento do ano passado, pensamos que é preciso fazer alguma coisa com os agentes culturais e as Juntas de Freguesia têm aqui uma palavra a dizer e podem ser uma alavanca para o setor. -----

Relativamente à Educação, já tivemos aqui algumas intervenções, enfim... parece-nos que dentro daquilo que são as competências das Juntas, haveria uma visão e um olhar especial que era necessário ter em relação às escolas, sobretudo às escolas do primeiro ciclo que são aquelas que são, enfim, da tutela ou que estão dentro da maior atenção do executivo da Junta e não verificámos aqui qualquer tipo de reforço. De qualquer forma percebo que este é um orçamento de alguma forma defensivo, que penso que, enfim, este ano sendo um ano atípico há muito dinheiro que não vai ser executado, quer nas Juntas de Freguesias quer nas Autarquias Locais que será obviamente integrado em abril, na próxima alteração orçamental e, portanto, há aqui alguns ... (imperceptível) ...que devem ser mantidos. Disse." -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE). -----

Vogal Maria Cândida Pereira (BE) 1.09.23/1.17.47 - Cumprimentou todos os presentes, desejando que todos os membros se encontrem bem. -----

Referiu que, relativamente ao orçamento, já haviam falado no estatuto da oposição e que na introdução do documento existia um paragrafo que aludia para convocatória por parte do executivo da Junta de Freguesia aos membros da oposição com assento na Assembleia de Freguesia, salientando que este paragrafo não é feliz e que este não retrataria a verdade, uma vez que enviaram um e-mail a solicitar contributos das forças políticas até ao dia 04. Mencionou que o Bloco de Esquerda apresentou os seus contributos respeitando o dia 04 de dezembro, contudo referiu que o executivo havia enviado a documentação para Assembleia no mesmo dia, demonstrando que não haviam analisado os contributos e revelando assim falta de respeito pelo órgão da Assembleia. Referiu ainda que, relativamente aos contributos que o Bloco de Esquerda deu, gostaria de salientar um dos que lhe parecia que deveria ser ponderado: independentemente de esta ser uma proposta da oposição, era o assunto da construção de uma cozinha comunitária onde pudessem festejar determinados dias dos países de origem, sendo esta uma solicitação feita pela

comunidade do Bairro da Boba; a vogal referiu ainda que lamentava que este assunto não tivesse sido considerado no orçamento. -----

Destacou que, relativamente à receita, existia uma rubrica que dizia respeito à venda de bens e serviços correntes e que esta refletia um aumento de 5%, considerando que este aumento é inadequado devido às atuais circunstâncias e tendo em conta as dificuldades da população potenciadas pela pandemia. -----

Realçou que na despesa as rubricas da ação social, saúde e cultura desporto e tempos livres baixaram, considerando que são área que o partido socialista desprestigia em relação a outras.

Referiu que relativamente ao PPI, e no seu entendimento, o *Skate Park* não seria uma aposta para esta freguesia. No que dizia respeito ao *Dog Park* referiu que até gostava da ideia, contudo pareceu-lhe estranho, uma vez que estariam a projetar algo para 2021 sem conhecimento do local onde este seria implementado ou a existência de um estudo, e considerando que estaria a avaliar um documento muito vago. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à Vogal Túlia Longo (CDS). -----

Vogal Túlia Longo (CDS) 1.17.50/1.21.12 – Cumprimentou todos os presentes. -----

Mencionou que havia ficado com dúvidas e questionou qual o acréscimo de despesa que a aquisição das duas varredoras por *leasing* traria para a Junta de Freguesia. -----

Questionou igualmente se as quatro pessoas a que o Senhor Tesoureiro se referia nas equipas dos Monos eram já trabalhadores da Junta ou se ainda iriam ser contratados. -----

Salientou que, no seu entendimento, o orçamento deveria refletir um maior apoio para a área social e para o apoio aos pequenos comerciantes, considerando que seriam fundamentais para os próximos quatro meses. -----

Abordou a questão do estatuto da oposição, mencionando que este está previsto na Lei, mas considera que este não é cumprido, destacando a referência feita pela Vogal Cândida e mencionando que antes de terem enviado a recomendação o documento já estaria pronto e já teria sido enviado. Salientou que o seu voto é quase sempre de abstenção porque se estivesse no executivo faria as coisas de forma diferente e com outras preocupações. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD). -----

Vogal Rui Monteiro (PSD) 1.21.17/1.27.40 – Cumprimentou todos os presentes. -----

Referiu que este orçamento é uma cópia integral dos orçamentos anteriores e que tudo o que têm criticado ou referenciado de forma construtiva é que estes orçamentos sabem a pouco. Referiu igualmente que estes documentos não refletem nenhuma inovação e mantêm a mesma forma apenas porque sempre assim foi feito, reafirmando que esta sempre foi a forma de trabalhar deste executivo. Mencionou ainda que o orçamento reflete coisas que supostamente já nem existem, como o programa de apoio ao movimento associativo, que já não é feito nos mesmos moldes. --- Salientou também que não está contra a construção de equipamentos como o *Skate Park*, mas não compreende como é possível existirem equipamentos na freguesia completamente abandonados, sem manutenção nem promoção, afirmando que não valeria a pena criar mais equipamentos considerando que estariam a criar mais monos. -----

Referiu ainda que o Mercado da Mina seria requalificado provavelmente daqui a dois mandatos, em virtude das consecutivas soluções apresentadas pelo PS ao longo dos anos, e que, até à data, não se encontra requalificado, levando a que este esteja ainda mais degradado e afastando as pessoas e os vendedores do mercado. -----

Relativamente ao investimento em varredoras mencionou que a altura é oportuna e lembrou que desde a união das freguesias foram levantadas questões relativamente à situação destas, mas apenas agora, em ano de eleições, é que é feito o investimento em varredoras novas, e não aquando das necessidades da população. -----

Mencionou também que haviam apresentado algumas ideias e propostas, mas que já sabiam que estas não iriam estar contempladas neste orçamento, nem que teriam acolhimento, mas acabariam por ser chamadas de atenção. -----

Por fim, terminou a sua intervenção salientando que a gestão urbana da cidade tem sido voltada para obras novas e que tudo o que havia sido mal feito, já estaria feito e não daria para melhorar, considerando que é nestas questões que podem existir melhoramentos básicos - como as acessibilidades para pessoas de mobilidade reduzida - não investindo apenas porque estaria “na moda”, mas sim onde as pessoas precisam. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA). -----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 1.27.50/1.41.36 - Intervenção transcrita na íntegra - “Eu queria começar por referir a questão do Estatuto da Oposição. Efetivamente foi enviado um e-mail e tivemos acesso ao PPA e ao PPI, para poder analisar e para fazer propostas. Eu já participei em algumas reuniões, pelo menos uma de Estatuto da Oposição onde foram apresentadas propostas que até hoje ficaram e caíram em saco roto. De qualquer das formas este e-mail referia que nós poderíamos enviar as nossas, os nossos contributos até ao dia 4... bem, eu cheguei a casa eram 20 horas, ligo o e-mail e vou para responder; ok, era no último dia, eu não tinha que o responder mais cedo, tinha até ao dia 4 e quando eu abro o e-mail já lá tenho os documentos para a reunião.

A mensagem que fica, a mensagem que fica é assim: vocês digam o que quiserem porque nós não queremos saber, esta é que é a mensagem que é transmitida. Nós cumprimos o estatuto da oposição, porque a lei nos diz, cumprimos assim, mas digam o que quiserem, porque para nós é nos indiferente... para além disso, teria sido delicado terem marcado uma reunião. Hoje em dia com... até fazemos tanta reunião por videoconferência... porque não ter feito Estatuto de Oposição por videoconferência? E se calhar seria interessante discutir algumas ideias, mas efetivamente aquilo que acontece é que a Junta de Freguesia não quer saber das propostas da oposição, não quer saber daquilo que nós temos para dizer e acaba por ser... por revelar alguma falta de inteligência, porque se há coisa que a oposição tem feito ao longo destes três anos é propostas, e nem tão pouco são capazes de alguma forma, não quer dizer que as fizessem na altura, mas de alguma forma as aproveitar e, e executá-las. É assim, em relação aquilo que foi dito é evidente que eu concordo com a maioria das questões que aqui foi levantada e tenho questões idênticas para levantar, mas não posso deixar de as levantar apesar de elas terem sido referidas, percebo ali aquilo que, que o Ricardo refere, mas eu queria só deixar uma nota ao Ricardo “vale sempre a pena quando a alma não é pequena”, e acredito que nós, membros da oposição nesta Assembleia, se há coisas que temos é a alma grande, senão não estaríamos aqui, porque aquilo a que nós nos sujeitamos em cada uma das Assembleias e aquilo que nós referimos, tirando algumas pequenas coisas efetivamente o feedback que nós temos é praticamente nenhum e isso é triste, no fundo é triste porque nós estamos aqui e representamos uma parte grande e eu já referi isto numa Assembleia, a oposição representa mais eleitores do que representa o PS, e o PS só tem o poder porque o Método de Hondt existe, porque se fosse outro métodos possivelmente não o teria. -----

Em relação à questão do orçamento, pronto, eu pedi o orçamento em papel, o meu monitor é pequeno eu tenho alguma dificuldade em analisar os documentos no, no portátil e os documentos foram-me entregues, aquilo que eu pedia, e possivelmente eu irei pedir mais documentos, é se é possível que a impressão dos documentos seja feita em frente e verso para gastar menos papel, não há nada que impeça que estes documentos sejam impressos em frente e verso, porque nós acabamos por ter uma montanha de papel sem necessidade nenhuma e eu custa-me sinceramente precisar do papel e depois ter papel em duplicado sem necessidade nenhuma. -----

Em relação ao orçamento, pronto... o que é que eu posso dizer? Posso dizer que o orçamento é mais do mesmo, é um orçamento que se repete é um orçamento que não tem inovação, não tem criatividade e, sinceramente, não tem respostas sociais para o próximo ano. O próximo ano, como todos os colegas aqui referiram, vai ser um ano complicado todos nós sabemos; efetivamente ele não dá respostas, não dá respostas a quem vai necessitar de respostas. Pronto, ok, satisfaz, acredito que satisfaça plenamente o executivo, mas pronto a massa crítica é aquilo que nós sabemos, a ideia é aquilo que nós sabemos e este orçamento é o reflexo precisamente disso. Nós podemos

analisar o apoio ao movimento associativo e à educação é um apoio mísero, dir-me-ão que poderá aumentar, e eu espero que sim, quando for apresentada a revisão orçamental e o saldo da conta de gerência passar, que nós possamos efetivamente ver mais. Depois houve algumas coisas que eu não, não, não posso deixar passar em branco até porque reparei nelas, a cultura tem ali algumas, algumas atividades, e eu quando olho para as atividades que estão na cultura eu pergunto-me, mas qual é o conceito de cultura? E eu acredito que exista um conceito de cultura que seja só da Mina de Água, porque eu sinceramente não consigo perceber, nós temos na cultura a Caminhada do Dia da Mulher, mas uma caminhada é cultura? Quer dizer, desporto eu acredito, atividade física, ok tudo bem. Cultural? Tenho sérias dúvidas, mas pronto acredito que o meu conceito de cultura seja completamente diferente do conceito de cultura dos Membros do Executivo. Depois vejo também duas feiras, e eu aqui! E é assim se uma feira, e eu vou-vos dizer sinceramente e tendo em conta aquilo que aconteceu nas feiras e os relatórios que não nos dizem aquilo que nós queremos saber, duas feiras então eu ainda tenho mais dificuldade em entender, especialmente porque uma delas e eu, se lá está eu não vi e peço desculpa, eu no PPI efetivamente, no PPA só vejo uma feira, não vejo duas feiras e há uma feira medieval, eu sei, é “moda” nas freguesias onde o PS está, a existências de feiras medievais, mas pronto fazem uma feira medieval, não fazem mais nenhuma, mas fazem uma feira medieval. Também sei quem é a empresa que habitualmente promove, e porque os conheço alguns e sei de onde é que vieram, qual é a empresa que promove as feiras medievais na outra freguesia, gostaria de saber ou ficarei à espera de ver se a empresa que vai promover a feira medieval na Mina de Água, no caso de ela existir, se é efetivamente a feira que, que, a empresa que promove as feiras nas outras freguesias. Como alguns de vocês sabem eu trabalhei em Lisboa, conheço bem a realidade das freguesias de Lisboa e sei bem como são as feiras medievais em Lisboa e sei bem quem é que as faz. Em relação ao orçamento, é assim... não há muito a dizer, não é?! O orçamento está lá, são as opções da... do executivo, aquilo no fundo as contas têm que bater certas, aquilo soma e está tudo igual e o orçamento é sempre a mesma coisa. De qualquer das formas há algumas coisas que eu tenho que continuar a referir: espero efetivamente que as despesas com o pessoal sejam corretas e não venham a... não venham em revisão, porque estas efetivamente elas podem ser programadas e podem ser planeadas e as contas podem ser bem feitas, que elas não venham depois em na revisão orçamental. Algumas coisas que me saltaram à vista no orçamento, estive a fazer umas continhas, como vocês sabem eu gosto de fazer continhas quando recebo o orçamento, formação a formação dos trabalhadores e isto é algo que eu já referi várias vezes é importante para os trabalhadores, é importante para as organizações, é importante para desenvolver competências, é importante para que as coisas corram melhor, as pessoas desenvolvam massa crítica, desenvolvam comportamentos e desenvolvam competências técnicas que lhe permita ser melhores trabalhadores. Aquilo que eu vejo quando eu olho para este orçamento é que, ah! Entretanto houve uma alteração à lei e neste momento os trabalhadores têm o limite, o limite não as horas previstas por trabalhador por ano são 40 horas ao contrário das 35 horas que existiam, e aquilo que eu vejo

é que nós temos 2800,00€ (dois mil e oitocentos euros) para formação ao longo do ano e vejo também nós temos 65 trabalhadores, isto dá 43,00€ (quarenta e três euros) por ano para cada trabalhador e eu sinceramente aquilo que eu gostaria mesmo é que o executivo me dissesse como é que consegue tamanho milagre, como é que consegue promover formação para tantos trabalhadores com 2800,00 (dois mil e oitocentos) e eu vou-vos dizer porque que é que eu gostava de saber é porque eu podia agarrar na ideia, poderia adquirir o conhecimento e levá-lo para o meu serviço e nós percebermos como é que afinal é que se consegue fazer formação com tão baixo, com tão baixo custo, não sei, gostaria que me respondessem como é que conseguem. -----

Em relação à locação das varredoras, já aqui foram levantadas questões e eu sinceramente também não percebo, não sei, eu estive também a fazer algumas contas isto tem 110000,00€ (cento e dez mil euros) por ano, a locação não sei se é para este ano, e depois se será se se repete todos os anos, se no fim do ano a Junta fica com as varredoras, não sei efetivamente, nem eu sei e duvido a não ser o executivo que alguém nesta Assembleia sabe, isto vai-nos dar por cada varredora um custo de 4612,00€ (quatro mil seiscentos e doze euros) por mês é rentável? É a melhor opção? Acredito que seja para o executivo, pronto! E eu gostaria também que me explicassem o porquê desta opção, quanto é que custam varredoras novas? Não faço a mínima ideia, não é coisa que eu alguma vez tenha comprado, não sei quanto é que custam. -----

Em relação às despesas de capital, é uma das coisas que eu tenho falado em vários orçamentos e tenho falado em várias revisões orçamentais e eu sinceramente tenho que vos dizer se a Junta continua a precisar de comprar equipamento informático, software, equipamento administrativo outra vez, de novo, por favor mudem de fornecedor, porque alguma coisa não está bem aqui. Este orçamento tem, tem equipamento informático 4500,00€ (quatro mil e quinhentos euros), para *software* 2850,00€ (dois mil oitocentos e cinquenta euros), para equipamento administrativo 10200,00€ (dez mil e duzentos euros), eu não consigo perceber porque que é que todos os anos, todos os anos é necessário comprar, o equipamento, o *software* normalmente mantém-se, não há grandes alterações, o equipamento informático se nós precisamos de renovar todos os anos! É assim, eu tenho equipamento informático que já tem alguns anos, eu continuo a trabalhar com ele e trabalho, e trabalho bem e ele também desempenha bem as funções para o que está concebido. Não, não consigo perceber, são as grandes, as grandes despesas de capital, ou melhor aquelas que se repetem todos os órgãos são efetivamente estas. -----

Em relação ao PPI e voltando, e falando tal como os meus colegas no *Dog Park* e no *Skate Park*, está lá um valor, aquilo que eu não percebo é se aquele valor é o valor, e se aquele valor vai ser suficiente para, para, para construir, para desenvolver esta, estes dois equipamentos e é evidente que partilho com os meus colegas aquilo que disseram e o facto de a ver equipamento que talvez desenvolvesse outro tipo de, que fosse possível desenvolver outro tipo de atividades e que

aproveitava algum equipamento que está completamente abandonado na freguesia. Agora por exemplo o *Dog Park*, diz local a designar e eu sinceramente, eu tenho tanta dificuldade em perceber como é que um equipamento que nós nem sequer sabemos aonde é que vai ser feito, como é que nós chegámos ao custo? Porque é assim, um custo de um equipamento destes depende do sítio aonde ele vai ser construído, se é um sítio direito, se é um sítio com inclinação, eu não sei eu não consigo perceber como é que nós conseguimos saber quanto é que nos vais custar uma coisa que não sabemos aonde é que vamos fazer, será que sabemos como é que vamos fazer? Ok, nós quando queremos comprar uma casa sabemos ok, eu não vou gastar mais do que x eu compro a casa até este limite que é aquilo que eu posso dar, agora se eu for construir eu só sei o dinheiro que ela me custa se eu tiver um plano, e se eu souber já aonde a vou construir e como é que a vou fazer, se não sabem o local duvido que saibam como. Em relação à questão do *Skate Park*, partilho ali... não posso deixar de partilhar a opinião do Ricardo, como é evidente; tenho muitos anos de... de freguesia de Mina de Água e São Brás, e São Brás é uma... é uma zona onde efetivamente há muitos jovens, e eu digo-vos sinceramente: eu nunca vi um skate na rua. Pronto! Não sei, possivelmente irão para fora da freguesia, e acredito que a junta tenha feito este levantamento e que saiba quantos atletas, quantos jovens praticam *Skate Park* na Freguesia e os queira trazer para a Freguesia, acredito, sei lá que tenham detetado que existem 50 jovens a praticar, a praticar skate e para não andarem nas ruas vão para o parque, pronto! Mas seria interessante saber, aquilo que eu gostaria mesmo de saber é se a Junta sabe quantas pessoas andam de skate na freguesia. Uma ideia aproximada... é só uma curiosidade! Pronto, realmente penso que... penso que a Junta poderia fazer melhor se quisesse, tem meios financeiros para isso, só não faz porque não quer, ou melhor só não faz porque não sabe, tenho dito.” -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Serafim Ginja (PS). -----

Vogal Serafim Ginja (PS) 1.41.42/1.43.09 – Mencionou que, em resposta ao Vogal Ricardo Girão no que dizia respeito às pequenas e médias empresas, este teria uma ideia brilhante, contudo seria necessário que no orçamento existisse uma verba para o efeito vinda diretamente do estado com esse intuito, uma vez que de outra forma não seria possível. -----

Referiu que, ainda relativamente ao orçamento, a oposição apenas encontra defeitos e não encontra nenhuma virtude. Terminou a sua intervenção referindo que a bancada do PS iria votar favoravelmente. -----

A mesa foi interpelada pelo **Vogal Nuno Ramalho (PSD)** para fazer uma curta intervenção neste ponto, sendo-lhe concedida a palavra pelo **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Nuno Ramalho (PSD). -----

Vogal Nuno Ramalho (PSD) 1.43.36/1.44.36 - Cumprimentou todos os presentes. -----

Mencionou que não considera ser importante a criação de um *Skate Park* quando existe um equipamento no Parque Central com um campo de futebol e com balizas que ficou abandonado após a retirada das mesmas, não permitindo aos jovens que pratiquem desporto de forma informal neste equipamento, nomeadamente futebol. -----

A mesa foi interpelada pelo **Vogal Manuel Patrão (PS)** para fazer uma curta intervenção neste ponto, sendo-lhe concedida a palavra pelo **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Manuel Patrão (PS) 1.45.06/1.46.12 – Referiu que não iria entrar em detalhes no orçamento, uma vez que confia no presente executivo, e salientou que este é o orçamento do Partido Socialista e não o da oposição. Destacou também que este orçamento era considerado mau quer para a direita quer para a esquerda, questionando afinal quais serão os grandes problemas no orçamento que estão mal para os dois lados. Terminou a sua intervenção referindo que o método de Hondt existe e está contemplado na Constituição, considerando que arranjar desculpas para este método não era correto, uma vez que esta lei existe e é para ser aplicada; por essa razão é que o Partido Socialista teria a maioria, não tendo esta sido imposta a ninguém. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Presidente Joaquim Marques Rocha (PS), para esclarecimentos. -----

Presidente da Junta de Freguesia Joaquim Marques Rocha (PS) 1.46.29/1.51.40 – Cumprimentou todos os presentes. -----

Em resposta ao **Vogal Rui Monteiro (PSD)** no que diz respeito ao Mercado da Mina, referiu que as obras do Mercado da Mina não iriam ficar para 2022 nem para 2023 e que havia informado que, embora não fosse o projeto ambicionado pela Junta de Freguesia, estas teriam início em janeiro. Garantiu, acerca das referidas obras, que estas terão início no dia 14 de janeiro, estando já prevista a substituição do telhado para o dia 16 de janeiro e sendo esta uma intervenção com um custo estimado de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), metade do que inicialmente estaria previsto. -----

Em resposta às questões relacionadas com os polidesportivos informou que estes não estão abandonados, mas estão todos encerrados para que não existam aglomerados de pessoas devido à situação pandémica. Informou ainda que, relativamente às balizas, não sabe o que fizeram com estas, mas foram retiradas no tempo do Vereador Gabriel de Oliveira por determinação da Câmara Municipal, uma vez que os polidesportivos não estão descentralizados para a Junta de Freguesia.

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para esclarecimentos. -----

Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 1.52.44/2.18.46 – Informou que tentaria ser breve e responder a todas as questões levantadas. -----

Em resposta ao **Vogal Ricardo Girão (PSD)** salientou que o que havia referido era que este era um parque virado para o skate e não para o ski, como o da Atalaia. Referiu ainda que, no que concerne à questão de quantos praticantes de skate existem, existem freguesias e concelhos com menos densidade populacional e em que o *Skate Park* é um ponto fortíssimo enquanto polo atrativo de jovens, dando o exemplo das Caldas da Rainha. Salientou, no entanto, que este é um projeto que pode ou não vingar. Reforçou que estes projetos - *Dog Park* e *Skate Park* - em colaboração com o Município, ainda se encontram em fase de estudo, de forma a não se criarem entropias no espaço público, já que existem zonas que gostariam de dinamizar, nomeadamente no Parque Central e mais precisamente na zona do Parque Zeca Afonso, considerando assim que possam eventualmente ser ali alocados. Relativamente à questão de ter muitos ou poucos praticantes, referiu que o tempo o dirá, mas que tem visto e falado com parceiros noutras freguesias parecendo-lhes que são projetos de alguma forma vencedores. Destacou que, relativamente ao polidesportivo do Parque Central, a Junta de Freguesia tem tentado por diversas vezes junto da Câmara Municipal reativar este equipamento, contudo sem sucesso. No que diz respeito aos projetos mencionados, referiu que estes estão em análise e que os valores apresentados são estimativos, atendendo ao espaço que havia referido. -----

Recordou também que os documentos que se encontram à consideração dos vogais para aprovação da Assembleia de Freguesia são documentos previsionais, sendo que estes ainda são objeto de alterações e revisões, à semelhança das grandes opções do plano. -----

No que diz respeito a ajudar as pessoas do concelho e aos apoios financeiros, a Junta não o pode fazer, mas mencionou que existem outras formas de ajudar - como o reforço dos *Vouchers* - e que acabam por estimular igualmente o comércio local, referindo também que a Câmara Municipal tem um projeto mais macro, como as candidaturas para empresas que queiram recorrer a apoios face ao momento que vivem, e que recorda ser um momento triste para todo o tecido empresarial do país, realçando que a Junta de Freguesia não pode atribuir qualquer tipo de apoio financeiro mas deverá fomentar políticas de comércio local e de investimento. -----

No que concerne às questões culturais recordou que já são feitas algumas atividades culturais, independentemente do nome que lhe atribuem, desde que estimulem a participação dos fregueses. Mencionou que no ano 2021, para além das já habituais atividades existentes, gostariam de destacar duas delas, nomeadamente a Feira Medieval e a Minolândia; esta última já era para se ter realizado em 2020 mas, pelos motivos já conhecidos, não foi possível realizar-se. O Vogal referiu ainda que este projeto está a ser proposta para 2021, mas o executivo já não será o mesmo, uma vez que será para implementar depois das eleições autárquicas, aludindo que ainda assim estão a propor este projeto sem estar a pensar nas eleições. -----

Em resposta ao **Vogal Eduardo Dores (CDU)** e sobre o assunto dos espaços verdes e higiene urbana tendo as autárquicas em mente, salientou que o reforço feito nas equipas de rua, nas ferramentas e equipamentos - como as viaturas, as varredoras e máquinas de apoio - não foi feito a pensar nas eleições, mas sim nas pessoas, daí a existência de mais reforços de verbas por parte do município para a Junta de Freguesia, para que por exemplo pudessem alterar a frota das varredoras; assim, revela que não se estão a criar bandeiras com os espaços verdes e a higiene urbana, mas simplesmente a agir de acordo com as necessidades da população; considera que por mais recursos que tenham, estes são sempre insuficientes, sendo por isso que essas duas componentes detêm mais de 50% do orçamento. Reforçou que seria nesse âmbito que continuariam a investir, destacando que grande parte do investimento das freguesias não é investimento, mas sim manutenção e conservação, abarcando 100% do valor recebido por parte do Estado e do Município, aludindo para a criatividade para que possam investir alguma coisa. -----

Em resposta à **Vogal Maria Cândida Pereira (BE)** e no que concerne à receita, frisou que nem a Freguesia Mina de Água nem o executivo em particular estão a aumentar as taxas ou os serviços que prestam à população, desdizendo o que a Vogal havia dito, uma vez que não existiu qualquer alteração de tabelas, taxas, tarifas, preços ou serviços a cobrar à população e que não haviam trazido à Assembleia nenhuma alteração à tabela de taxas. Salientou que existe o cumprimento de uma regra orçamental aplicada a praticamente tudo, com a exceção do que recebiam do Estado e do Município, e que é uma regra de cálculo baseada nos últimos 24 meses de receita cobrada, não existindo nenhum aumento, mas sim variações resultantes das médias cobradas nos anos antecedentes. Salientou ainda que nestas duas feiras previstas (a feira Medieval e Minolândia) não estão prognosticados nenhuns direitos de entrada ou de cobrança de entradas, sendo que a população apenas fará o pagamento dos produtos que são vendidos, à semelhança do que foi feito com a Feira de Verão. Mencionou ainda que estes projetos são sempre deficitários para a Freguesia e que este ano existirá um *superavit* como consequência da não realização destas no ano anterior e de gastarem mais do que recebem nestas atividades. -----

No caso da despesa, referiu que o PS não desrespeita as áreas da Ação Social, da Saúde, do Desporto e da Cultura, pelo contrário: valoriza estas áreas. Realçou que o orçamento é assente numa previsão e que, neste caso, é uma previsão que vai até ao ano de 2025. Salientou que, tendo em conta o ano de 2021, existem obrigações relativas à assunção de despesa, reforçando que, relativamente ao pessoal, têm de ter 100% das despesas orçamentadas, uma vez que é obrigatório ter todos os custos que suportam o quadro de pessoal da Junta de Freguesia. -----
Referiu também a necessidade por obrigatoriedade de ter dinheiro disponível para os mais diversos contratos com as empresas, concursos e procedimentos que se abrem, tendo estes que estar 100% orçamentados em virtude de não poderem aguardar pela revisão de abril para os incluir. --
Destacou ainda que rubricas como: Expediente e limpeza atribuída às escolas, Apoios a coletividades e famílias, por exemplo, são utilizadas na alteração orçamental, em virtude da sua sazonalidade e por estas serem distribuídas ao longo do ano, não tendo a obrigatoriedade de ser atribuídas no primeiro trimestre do ano, nem de ter subjacente um procedimento de contratação pública, podendo assim ser dotadas mais tarde. Reforçou ainda que apenas neste momento têm a percepção do saldo a transitar, permitindo-lhes *a posteriori* e no momento certo reforçar componentes da Ação Social, Saúde, Desporto, Cultura, entre outros, e que nessa altura serão feitos os reforços e serão discutidos na revisão orçamental. -----

Em resposta à **Vogal Túlia Longo (CDS)**, mencionou que as duas varredoras eram uma das exigências do ano anterior, e que em virtude das vicissitudes da pandemia, a aquisição por parte do Município não havia acontecido; desta forma a Junta de Freguesia, visando a agilização e celeridade do processo de aquisição destas, indagou a viabilidade de transferência destas verbas para as Juntas, para que estas procedessem à aquisição destes bens por via da contratação pública; tendo sido validado juridicamente pelo Município, foi pedida autorização à DGAL e o Secretário de Estado deu autorização para que os valores, no âmbito da Lei 50 e do Decreto Lei 57, pudessem ser alterados por parte do orçamento de estado, tendo sido tudo validado. Desta forma, foi feito um estudo de *leasing* operacional, para que fosse possível a transferência das verbas em 60 meses/5 anos, o que dará uma média de 110.000,00€ (cento e dez mil euros) por ano. Salientou que o estudo havia sido feito para duas varredoras sendo que uma seria de 1m³ para que possa entrar nos passeios e outra de 2m³ na modalidade de *leasing* operacional e não de transferência da totalidade em virtude dos valores para aquisição de novas varredoras serem avultados. Mencionou igualmente que as duas varredoras existentes são obsoletas e requerem uma manutenção dispendiosa, aludindo que apenas este ano para reparações destas já foram gastos cerca de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), considerando uma opção de gestão muito danosa, invocando estes argumentos junto da câmara para que fosse possível esta aquisição, ficando a Junta desta forma com três varredoras operacionais, uma vez que manterão uma das varredoras, e adquirir duas novas. Informou que ainda estariam a averiguar a questão de *leasing* operacional ou de aquisição direta, contudo considerava que seria mais viável a questão do *leasing* operacional em virtude de se encontrarem a receber o valor parcelado por parte da Câmara e que, no caso de

aquisição direta, obrigaria a um esforço de investimento muito grande por parte da Junta de Freguesia. Destacou que, através de *leasing* operacional, também não seria necessário o visto do tribunal de contas, contudo seria necessária a abertura de concurso público. -----

Relativamente aos monos, referiu que já existiam duas viaturas a circular com quatro homens, mas estão a proceder à reformulação das equipas para fazer face às necessidades, em que preferencialmente estariam 6 dias por semana no terreno, contudo por vezes isso não era possível por falta de recursos. Informou também que se encontrava em orçamento a aquisição de uma nova viatura com grua e plataforma elevatória, acreditando que até ao final do primeiro trimestre, esta já se encontrará adquirida. -----

Informou ainda que, relativamente ao apoio social, se mantiveram os mesmos níveis de apoio no orçamento inicial, à semelhança do orçamento anterior, salientando que estes se encontram controlados e em sintonia com o departamento de Intervenção Social da Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal, uma vez que nesta fase é a entidade que coordena todo este apoio relativo às necessidades do COVID; assegurou ainda que, sempre que necessário, serão reforçados os apoios pontuais às famílias solicitados. -----

Relativamente à intervenção do **Vogal Rui Monteiro (PSD)**, que havia manifestado algum descontentamento relativamente a alguns espaços, referiu que em certa medida concorda com alguns, contudo relativamente ao *Skate Park* e se este faz sentido, referiu que em algumas freguesias estes têm sido casos de sucesso, aludindo para o facto de que os adolescentes atualmente apostam muito no Skate, desconhecendo se está é uma prática que seja mais moda em Cascais no que na Amadora, mas que independentemente das modas deve-se acompanhar estas tendências, uma vez que é uma forma de acompanhar as necessidades dos mais pequenos, considerando que serão projetos vencedores caso estes consigam trazer mais crianças para a rua. Aludiu ainda para o facto de não colocar em causa que possam existir outros projetos. -----

Em resposta à **Vogal Alexandrina Louro (MIMA)** referiu que, de forma geral e relativamente ao estatuto de oposição, não quer criar entropias, no entanto, mencionou que decidiram de forma unânime abrir a discussão à distância, salientando que esta medida não havia sido por não quererem falar com a oposição, porque não era o caso. Salientou que a Vogal Cândida Pereira do Bloco de Esquerda havia feito umas propostas muito interessantes, nomeadamente as propostas relacionadas com a Boba, e destacando que esta não era uma proposta nova do Bloco de Esquerda, sendo que o próprio presidente já havia abordado esta questão com os restantes membros do executivo. Informou que estas propostas não podem entrar de um ano para o outro num orçamento devido à necessidade de desenvolvimento de parcerias junto da comunidade, contudo destacou que estas deveriam vingar nos próximos tempos, solicitando a ajuda e intervenção da Vogal junto da comunidade para que se possam criar as valências e parcerias na Boba no decorrer deste ano,

visando assim a implementação dessas ideias, à semelhança do que estão a fazer junto da comunidade local no que concerne à higiene urbana e aos espaços verdes, por forma a envolver mais as pessoas que habitam nesses locais. No que respeita ao envio dos documentos informou que de facto o envio destes foi feito no próprio dia e que os documentos estão praticamente fechados, sendo por isso normal não existirem grandes alterações após auscultação dos partidos no que diz respeito ao estatuto de oposição, mas ressaltou também que algumas das reuniões feitas no âmbito do estatuto de direito da oposição não foram mais do que meras reuniões técnicas de explicação do conteúdo de cada classificação económica; não sendo isso que se pretendia discutir - mas sim discutir um projeto relativamente a outro – o Vogal justificou o envio dos documentos finais por parte dos serviços às 20h, referindo que o prazo de envio de propostas por parte da oposição findava às 17h30 e que os serviços, devido à sua agilidade, ainda conseguiram terminar a compilação do documento e enviá-lo às 20h. -----

No que concerne às empresas e às Feiras Medievais, referiu que já havia visitado algumas e que conhece bem a realidade de Lisboa, realçando que não conhece muitas feiras medievais na área metropolitana de Lisboa. Mencionou que este era um projeto como outro qualquer, salientando que o que o assusta é o nível de levantamento de suspeitas assentes na ideia de que o Partido Socialista trabalha com determinadas empresas - e que a Vogal Alexandrina Louro conhece quais são essas empresas com que o Partido Socialista trabalha - e que vai contratar os serviços da Feira Medieval, salientando que nos anos em que o Partido Socialista teve poder nesta Freguesia nunca havia levantado questões sobre partidos ou outros executivos relativamente à contratação de empresas; referiu ainda que entrar nesse domínio seria perigoso e que, particularmente, não lhe agrada, uma vez que trabalha com inspeções diariamente e que, se existe pessoa que respeita estas e que prima pelo cumprimento das regras, é o próprio. Referiu que conhece a Vogal Alexandrina Louro e que sabe que esta não o referiu com maldade, mas que se sentisse que esta maldade continua ficaria extremamente desagradado, reforçando que o Partido Socialista não contrata nem favorece nenhuma empresa em particular, e clarificando que os projetos não nascem sustentados em suspeições ou de contratações de empresas amigas. Avigorou ainda que não conhece empresas que organizem Feiras Medievais e a empresa que foi responsável pela contratação de serviços de artistas para a Feira Mina de Água em 2019 foi diferente daquela que foi contratada nos anos anteriores, tendo esta igualmente sido contratada por outros executivos de outras freguesias em anos anteriores, e não tendo sido levantado aqui qualquer tipo de suspeição. Relativamente à formação, admitiu que este é um ponto que merecia ser reforçado, ficando desta forma essa nota. Referiu que, com tudo o que se tem vivido nos últimos tempos, nem tudo foi mau, considerando que se conseguiu evoluir no último ano em alguns pontos, nomeadamente na formação e nas novas tecnologias. Mencionou ainda que até os próprios trabalhadores já perceberam que à distancia conseguem fazer muito, melhor e bem, considerando que se deve investir em formações online, aproveitando o teletrabalho e os momentos mais vagos para fazer a formação.

Destacou que ficaria com esta nota para reforçar em abril a formação para as diversas áreas de capital humano. -----

No que concerne à questão das despesas de capital em equipamento informático e *software*, referiu que se deverá fazer uma avaliação comparativa do que é previsto no orçamento inicial - e que considera não ser um exagero - e depois fazer uma avaliação comparativa na prestação de contas. Referiu que irá fazer um esforço para, em abril quando prestarem contas relativamente ao ano de 2020, fazer um quadro comparativo do que o que foi estimado e do que efetivamente foi gasto em 2020. Referiu que os discos rígidos ficam cheios, os computadores ficam obsoletos, os equipamentos avariam e que nesse sentido considerava terem feito um bom investimento nesta matéria. Mencionou igualmente que o servidor que se encontra em funcionamento na Freguesia de Mina de Água, embora tivesse sido um investimento forte, foi devidamente ponderado, aludindo para o facto de este ainda ter sido adquirido no último mandato da Freguesia da Mina. Saliu por fim que este já tinha nove anos e que, na altura, o critério utilizado foi um investimento que durasse mais de dez anos, justificando deste forma o investimento. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Ricardo Girão (PSD). -----

Vogal Ricardo Girão (PSD) 2.18.57/2.25.42 – Informou que gostaria de deixar duas notas relativamente às respostas que lhe haviam sido dadas. Referiu que, relativamente ao projeto do Mercado da Mina de Água, seria simpático por parte do Senhor Presidente de Junta enviar esse mesmo projeto para conhecimento da Assembleia, embora tenha a noção que este se encontraria numa fase embrionária e suscetível de alterações, sublinhou esta importância sob pena de falarem de assuntos sem conhecimento de causa. -----

No que concerne à questão do *Skate Park*, mencionou que há questões que não ficaram muito claras, aludindo que o Parque de Ski da Amadora tem um *Skate Park* coberto ao lado, sendo que havia sido cedida a exploração ao que pressupõe ser o “Radical Skate Clube da Amadora” e que o deixou num estado lamentável, quer em termos financeiros, quer em termos de manutenção. Considerando que este seria um elefante branco na Amadora, diz não encontrar o motivo pelo qual a Câmara Municipal quereria voltar a investir em algo semelhante. Referiu igualmente que os exemplos dados não teriam nada a ver com a realidade do nosso concelho e salientou ainda o facto de ter sido referido o barulho nos equipamentos dos polidesportivos quando jogam à bola; nesta sequência, questiona se a construção de um *Skate Park* no parque onde está atualmente a estátua do Zeca Afonso as pessoas também não se irão queixar do barulho dos skates a rolar, considerando os argumentos dados sem lógica. Mencionou ainda que haviam referido que não

lamentavam, mas que não poderiam fazer nada relativamente ao desaparecimento das quadras de basquete, contudo já poderiam fazer um *Skate Park*, não entendendo a lógica da tomada de decisão. Questionou igualmente qual é a posição do Vogal do Desporto relativamente à questão do *Skate Park* e, nesta senda, sugeriu que seja feita uma auscultação pública relativamente às preferências dos jovens no que concerne a esta matéria. -----

Abordou uma vez mais a questão do apoio às empresas, aludindo para o apoio do Programa revitalizar da Câmara Municipal da Amadora - que dá 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) a fundo perdido a todos os micro negócios do conselho - considerando este um balão de oxigénio para os pequenos comerciantes. Questionou qual foi o papel da Junta de Freguesia na divulgação desta iniciativa, solicitando a informação relativa aos elementos referentes a essa divulgação, uma vez que não a encontrou. Referiu ainda que, para fazerem essa mesma divulgação, isso não implicaria custos para a Junta de Freguesia, mas para os comerciantes poderia fazer toda a diferença. Salientou que quando fala em apoiar o micro negócio é neste sentido e não com dinheiro, não compreendendo por isso quando referem que não podem fazer nada. -----

Sugeriu ainda que, no que se refere à feira medieval e para fossem inovadores, seja estudada a história do concelho e os locais onde poderiam assentar a feira, nomeadamente a Necrópole de Carenque - sugerindo assim a Feira do Neolítico - ou ainda a Feira do Romântico - devido à menção da Amadora pelo Eça de Queirós n'Os *Maias* - uma vez que não via nenhuma ligação Medieval à nossa freguesia. -----

Colocada à apreciação, discussão e votação da Proposta de Orçamento e Opções do Plano para 2021, a mesma foi aprovada com 10 votos a favor (10 PS), 9 votos contra (2 CDU, 2 BE, 1 CDS, 3 PSD e 1 MIMA). -----

Ponto dois - Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2021. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para apresentação do documento. -----

Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 2.26.59/2.32.35 – Informou que, relativamente ao mapa de pessoal, têm 56 postos ocupados e 9 postos a preencher, perfazendo um total de 65 postos previstos para 2021. Informou ainda que os procedimentos que se encontram a decorrer em 2020 estão concluídos, regularizando desta forma praticamente todos os contratos que existiam a termo resolutivo incerto, na sequência de algumas das competências terem passado a definitivas. Referiu ainda que dos 9 assistentes operacionais, conseguiram contratar 6 para a higiene urbana, que inclusivamente já assinaram contrato este ano. Relativamente aos 9 postos que indicaram e previram a preencher para 2021, estas não são exatamente novas contratações, uma vez que, no que diz respeito à carreira e categorias de técnico superior são dois: um posto de trabalho na área

de Direito por tempo indeterminado (concurso já a decorrer) e outro na área da Ação Social, na sequência da regularização de uma prestação de serviços; contudo, este último será um contrato a termo resolutivo certo, devido ao facto da dúvida de continuidade de umas das trabalhadoras da área de ação social, bem como pelas possíveis alterações que se encontram a ser analisadas relativamente à ação social nas Freguesias, considerando assim a suposta passagem destas competências na íntegra para o município. Relativamente aos assistentes técnicos existe uma mobilidade em curso na ação social, tratando-se de uma trabalhadora que era assistente operacional e que se encontra em período de mobilidade, tendo desta forma a vaga repetida ocupada como assistente operacional e também já prevista para preencher na categoria de assistente técnico, caso a mesma seja consolidada ainda em 2021; no entanto, devido à sua ausência prolongada por motivo de saúde, esta vaga continua pendente. Informou ainda que os outros dois postos de trabalho são previsões de duas possíveis aposentações forçadas de duas trabalhadoras que se encontram em baixa prolongada, prevendo que em 2021 essas duas aposentações possam vir a ocorrer e aguardado a qualquer momento a pronúncia da Caixa Geral de Aposentações. No que concerne aos assistentes operacionais referiu que são quatro os postos que propõem a preencher, sendo três para a higiene urbana e um para o parque central, mas que na realidade para a higiene urbana apenas um é efetivamente um novo posto a contratar os outros dois são um com vínculo resolutivo incerto e que concorreu ao concurso aberto para tempo indeterminado, ficou na lista de homologação e foi admitido, mas por razões administrativas tardou a assinatura do contrato; contudo já havia sido concretizado nestes últimos dias, passando para o vínculo de tempo indeterminado, existindo no mapa uma vaga que vão substituir de assistente operacional para assistente técnico; outra situação é a licença sem vencimento que, por motivos de poder voltar a qualquer altura, tem que se manter. Relativamente ao parque central, é a reforma da atual assistente operacional que se encontra a exercer funções, estando a prever a abertura de novo procedimento para a substituição desse posto de trabalho. Terminou a intervenção colocando-se à disposição para mais algum esclarecimento. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os Vogais Maria Cândida Pereira (BE), Alexandra Louro (MIMA), Eduardo Dores (CDU) e Rui Monteiro (PSD). -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à Vogal Maria Cândida Pereira (BE).-----

Vogal Maria Cândida Pereira (BE) 2.33.00/2.34.57 – Referiu que queria questionar o que havia acontecido com o concurso de recrutamento do técnico superior para a área administrativa e financeira, uma vez que pensa ter visto este em mapas anteriores. Mencionou ainda que se não vinha em mapas anteriores qual seria a previsão do recrutamento, uma vez que sente a necessidade de um técnico superior para os Serviços Administrativos e Financeiros, para fazer face a uma melhor qualidade na elaboração de documentos. -----

Referiu ainda que na última folha do documento a assinatura do Executivo aparece duas vezes; acreditando que seja um lapso, aconselha a que seja substituída, já que no seu entendimento daria a ideia que assinavam pela Assembleia e pelo Executivo; não obstante, considerando que não seja intenção do Executivo substituir o órgão da Assembleia, aquele documento estaria a assumir a aprovação do documento só pelo Executivo. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) solicitou que a Primeira Secretária Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) o substituísse provisoriamente por 4 minutos.-

A Primeira Secretária Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA). -----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 2.35.53/2.42.37 - Intervenção transcrita na íntegra - "Obrigada, Margarida. -----

Eu tenho algumas questões para deixar, para colocar: uma delas pronto, tem a ver com trabalhadores, não tem propriamente a ver com o mapa de pessoal, mas eu não tenho outro local para fazer a pergunta. Eu gostaria de saber, ao abrigo da legislação, ou no fundo para dar cumprimento à legislação da área administrativa, quantos trabalhadores estão em teletrabalho e qual, e como é que os horários se encontram, se estão a ser desfasados ou não. Eu sei que, na higiene urbana os trabalhadores do exterior têm, ou tinham, o horário desfasado. Na área administrativa gostaria de saber concretamente, porque é uma área que permite o teletrabalho. O teletrabalho neste momento reveste-se de algumas características - ou seja, é preciso que a entidade diga que não é possível o trabalhador executá-lo para que o trabalhador se mantenha no local de trabalho - e eu gostava de saber concretamente, quantos trabalhadores estão, e os que não estão, o que é que é impeditivo que eles não estejam. É evidente que os trabalhadores do atendimento não vão poder estar em teletrabalho, embora pronto... há coisas no atendimento que podem perfeitamente ser feitas em teletrabalho, não o atendimento presencial, mas o atendimento telefónico e o atendimento por e-mail; os trabalhadores não necessitam efetivamente de estar, de estar nas instalações. Isto porquê? Porque efetivamente não revestimos nós, autarcas, de uma série de cuidados e efetivamente os trabalhadores vão e vêm todos os dias. Pronto, eu às vezes também vou ao serviço e vou uma vez por semana, mas gostava de saber quantos efetivamente estão. -----

Em relação à questão ao concurso do técnico superior, gostava de saber se já está publicado, ou para quando é a previsão, ou pronto. Isto porquê? Pronto, eu não... não tenho muita vontade de andar a ver DR'S, tenho visto muitos DR'S ultimamente e não me apetece ir à procura de um concurso, se me puderem dizer eu agradeço. -----

Numa das últimas intervenções e penso que foi em relação ao mapa de pessoal, o Senhor Tesoureiro disse que iriam recorrer à reserva de recrutamento dos concursos que tinham aberto para preencher determinados lugares, isto porque eu levantei a questão, porque efetivamente os trabalhadores acabam por estar em dois, em dois sítios, acabam por estar num tipo de, acabam por estar, eu dou-vos um exemplo de... das mobilidades: são assistentes operacionais mas estão em mobilidade como assistentes técnicos, e eles acabam por estar nos dois sítios. Tecnicamente eu não faria isto, não acho que seja correto; já falei muito sobre o mapa de pessoal e sobre as questões técnicas do mapa de pessoal, e não vou referir isso novamente. Gostava de saber efetivamente se recorreram e, se recorreram, quantos trabalhadores foram buscar à reserva de recrutamento e para que categorias. -----

Gostava de saber também, e isto porque o Senhor Tesoureiro também referiu que alguns foram regularizados, pronto nós já falámos algumas vezes aqui em relação à regularização dos vínculos precários, isto já é uma conversa que já vem de trás e do PREVAP e tudo, mas eu neste momento gostava de saber quantos contratos a termo incerto existem na Freguesia e os que existem há quanto tempo é que eles duram. -----

Depois, pronto... em relação aqui às questões das técnicas superiores eu não posso deixar de passar. Eu li em algum documento, não sei qual, a referência a duas técnicas de serviço social, e efetivamente eu não acho que aquela referência seja correta porque a Junta - a Junta não, a Freguesia, porque os trabalhadores são da Freguesia não são da Junta - tem uma técnica de serviço social em funções, tem uma técnica de serviço social que infelizmente se encontra ausente por questões de saúde já há bastante tempo, e espero que ela, que ela melhore. Efetivamente tem uma prestação de serviço, congratulo-me, aliás fico sempre muito satisfeita, fico feliz mesmo de cada vez que a Junta toma a decisão de regularizar situações precárias e de regularizar situações de recibos verdes. A instabilidade é algo que não contribui para um bom desempenho de nenhuma forma, só quem já teve em situações destas ou lida muito com elas é que percebe ou sabe, embora os outros possam ter também a ideia da insegurança e da instabilidade de não saber o que é que vai acontecer transmite a quem precisa de trabalhar para se sustentar e para pagar contas e eu fico efetivamente contente que regularizem a situação da técnica que está a recibo verde. -----

Gostava de saber, porque vi aí também algures - não sei possivelmente no orçamento - quantos contratos de emprego inserção existem, quantos estão projetados existir e se são só CEI ou se

são CEI + e, nos que existirem, aonde é que está previsto colocá-los. Eu não tenho outra questão, não, não, não posso fazer isto numa e isto tem a ver com o mapa de pessoal como é evidente, poderão achar que não, mas no fundo também tem a ver com algumas situações e depois congratulo-me que e em relação aquilo que eu tinha falado na última assembleia em relação ao total que apareça, mas que continuo a dizer a mesma coisa, existe ou deverá existir uma célula com o total dos postos de trabalho. Ok, estão aqui número de postos de trabalho, número de postos de trabalho a preencher, o mapa de pessoal deve referir todos, ou seja, devia estar aqui o somatório dos cinquenta e seis mais nove, não é tão difícil assim, mas pronto, ok. E isto não é uma questão de opção política, isto é uma questão técnica é passo a expressão trigo limpo farinha amparo, não pode ser feito de outra forma. -----

E, depois queria levantar aqui uma questão que está na introdução e na folha assinada pelo, pelo Presidente. Tem aqui uma, uma, uma um dois, no terceiro parágrafo a contar do fim, "para 2001 o mapa de pessoal apresenta os seguintes valores", os mapas de pessoal não apresentam valores, está bem?! É só isso. Apresenta os seguintes lugares, os seguintes números. "Valores"? Pronto, não me parece muito bem, mas pronto, ok, tudo bem. -----
Era só essa questão e depois fico a aguardar as respostas. Obrigada. -----

A Primeira Secretária Maria Margarida Guilherme Santos Rendeiro (PS) concedeu a palavra ao Vogal Eduardo Dores (CDU). -----

Vogal Eduardo Dores (CDU) 2.42.46/2.47.49 – Intervenção transcrita na íntegra – "Sem querer introduzir o tema, e aqui também não quero que me respondam, esta questão do estatuto, eu não quis falar nos pontos anteriores porque não quis interromper. Esta questão do Estatuto da Oposição foi absolutamente atípica. Eu estou na Assembleia de Freguesia há muitos anos, e eu confesso que até tinha dificuldade muitas vezes em chegar à informação e das convocatórias era feita. Quem tem de fazer as convocatórias são os partidos, não são os eleitos e, portanto, não percebi o que aconteceu nesta convocatória e julgo que, e tenho algumas dúvidas que isto possa ser feito desta forma. -----

Posto isto, só para deixar a nota passando ao mapa de pessoal propriamente dito. Bom, havia um compromisso do Executivo, enfim... de tornar mais claro este mapa de pessoal, não era só os somatórios, penso que o Senhor Tesoureiro terá dito que iria rever a forma como, como este mapa era apresentado e aquilo que eu verifico na sua essência, mais somatório aqui, mais somatório ali o documento que temos é o mesmo. Obviamente para mim este mapa continua opaco, isto é a coluna a preencher... (impercetível) ...da coluna a preencher quais são os lugares ocupados e quais são as posições a contratar. Julgo que estarão lá as duas situações quer os que estão ocupados, quer as posições a contratar e essa é uma dúvida que vem de trás já tenho (impercetível). Relativamente ao mapa em concreto surgem de novo - penso que tinham desaparecido em

2019/2020 - dos encarregados operacionais, julgo que aparecem novamente neste mapa, gostaria que fizessem uma nota sobre esta situação. ... (impercetível)... " -----

"Da caracterização das funções que verifiquei, percebi pela intervenção do Nuno que seria alguém da área do Direito, de qualquer forma pela caracterização das funções pareceu-me mais uma contratação do tipo mais política propriamente dito do que técnico e portanto julgo que daquilo que temos defendido para esta área na contratação de técnicos superiores incluía-se alguém que do ponto de vista quer do aconselhamento jurídico quer da componente financeira seria importante ter alguém que fizesse essa gestão na Junta. -----

Há ainda a intenção de contratar um técnico superior na área social, segundo o que percebi é a regularização de uma das situações que vem de trás, não é propriamente uma contratação nova, penso que será alguém que estará a trabalhar para a Junta de Freguesia sob recibos verdes e que agora a situação agora vai ser regularizada e que eu acho que é uma decisão importante. --- Não deixo de notar também, já temos vindo a sugerir que era necessário alguém que viesse a coordenar na área da engenharia, a coordenar a área das obras, dos espaços verdes e da higiene urbana que é, enfim, uma área onde era importante consolidar o *know how* técnico que permite garantir essas funções. -----

A pergunta é sempre a mesma, dos postos de trabalho vagos quantos é que estão ocupados, isso é uma questão que nós nunca conseguiríamos saber. Normalmente e fazendo já a nossa declaração de voto, normalmente a CDU vota a favor os mapas de pessoal, face a este contexto e não tendo sido respondida esta, não tendo sido promovida uma maior transparência sobre aquilo que aparece nos mapas, nós desta vez vamos votar contra. Disse." -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD). -----

Vogal Rui Monteiro (PSD) 2.47.57/2.49.50 – Cumprimentou uma vez mais todos os presentes. Mencionou que a intervenção do PSD neste ponto se prende com o facto quererem assinalar uma nota, e que consideram ser este o ponto mais indicado para o fazer. -----
Referiu que o ano de 2020 foi de facto complicado e conturbado, contudo, enquanto trabalhadores, têm a noção que o quotidiano laboral sofreu muitas alterações e queria louvar todo o pessoal da Junta de Freguesia da Mina de Água pelo esforço e pela dedicação que têm mostrado ao longo deste ano e, em especial, ao longo desta fase complicada e conturbada que se vive relativamente à pandemia, reforçando que têm a noção de que, em alguns casos, foram a linha da frente: quando estávamos todos em casa estes trabalhadores mantiveram as suas funções, e mesmo estando a Cidade confinada garantiram que nada faltasse na Cidade. Reconhece que existem algumas

carências e que poderiam haver alguns reforços, mas acima de tudo apenas gostaria de deixar esta nota de louvor a toda a equipa e todo o pessoal da Junta de Freguesia de Mina de Água. ---

A mesa foi interpelada pela **Vogal Alexandrina Louro (MIMA)** para colocar mais uma questão, a quem foi concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 2.50.06/2.50.55 - Intervenção transcrita na íntegra – “Aqui na questão dos técnicos superiores dos serviços administrativos, financeiros e recursos humanos, tem aqui a última linha que diz “Coordena os trabalhadores que executam tarefas neste pelouro, por cujo resultado é responsável”. Eu gostava que me explicassem isto, para já porque isto não é um pelouro, é um serviço, e depois... como é que um técnico superior vai coordenar? Ou melhor - pronto ok, possivelmente será uma coordenação informal - mas se ele vai coordenar, vai receber mais para além que aquilo que está previsto no vencimento e vai receber alguma, algo mais do que a tabela e se ele vai coordenar o coordenador técnico e os assistentes técnicos desta área. É só.” -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para esclarecimento das questões colocadas. -----

Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 2.51.04/3.04.39 – Em resposta à **Vogal Cândida Pereira (BE)**, esclareceu que o técnico superior é para a área de Direito, e que esta era a vaga que se encontrava prevista no ano anterior e que era na mesma para direito. Reforçou que esta era uma área em que não era fácil arranjar alguém com conhecimento nas duas áreas que as freguesias necessitam no campo do Direito Administrativo, nomeadamente contratação pública e recursos humanos. Informou que haviam identificado uma possibilidade de uma vaga de uma Câmara Municipal e a qual tentaram por via da mobilidade, tendo a saída da trabalhadora sido inviabilizada pelo Presidente da Câmara Municipal. Não tendo conseguido por essa via, identificaram outras duas possibilidades e decidiram abrir concurso público por tempo indeterminado, estando este a aguardar publicação em Diário da República por ter sido enviado há pouco tempo. -----
Relativamente à assinatura do documento, informou que estes foram todos assinados na vertical do lado direito e estão igualmente assinados por baixo do campo da assinatura, considerando que esta referência não tem sentido e alegando que ninguém traria um mapa que saberia estar aprovado. Salientou que o mapa apenas estará aprovado após a votação por parte dos membros da Assembleia da Freguesia. -----

Em resposta à **Vogal Alexandrina Louro (MIMA)**, informou que não existe um plano rígido relativamente ao teletrabalho e provavelmente não estariam a cumprir a lei como o Estado queria, já que havia feito sair legislação nesse sentido, alegando ainda que a realidade das Freguesia é

um bocadinho diferente da Administração Central e até do próprio Município da Amadora. Mencionou que no exterior existem horários desfasados e também existem horários desfasados e tele-trabalho nos serviços administrativos, sem seja nada estanque; numas semanas vão uns noutras vão outros e em função das necessidades eminentes face às circunstâncias e em articulação com os trabalhadores. Esclareceu que, uma vez que existem muitas instalações, é-lhes permitido garantir a redução do número de postos pelas salas e considera que têm estado a conseguir cumprir essas mesmas diretrizes. -----

No que concerne ao concurso dos assistentes operacionais que se encontrava a decorrer, referiu que havia explicado na altura e que explicaria uma vez mais: estes visaram regularizar nove postos de trabalho que estavam com vínculo resolutivo incerto; tendo esses nove sido regularizados, a única situação que estava a preencher era de um trabalhador motorista, que apenas assinou esta semana que também sai do resolutivo incerto para tempo indeterminado. Em resolutivo incerto existe apenas um trabalhador, de quem se perspectiva a aposentação, e por isso ficará desocupado. -----

Relativamente ao CEI, informou que existem cinco CEI + e que este foi um projeto que iniciou recentemente e que irá vigorar para o ano de 2021, sendo na totalidade para a higiene urbana. --

No que se refere ao Técnico Superior coordenar ou não coordenar, mencionou que o técnico superior vem essencialmente para as áreas da Contratação pública e Recursos humanos, uma vez que na área da Contratação pública existe uma trabalhadora excepcional, e que tem feito um trabalho exemplar neste campo, aludindo que esta é uma das áreas mais exigentes e que mais tem evoluído; tendo em conta o volume de trabalho, há necessidade de reforço desses postos, sendo que um dos assistentes técnicos contratados vai para auxiliar a contratação pública e outro para os recursos humanos; referiu também que o Técnico Superior não vem só coordenar, mas vem trabalhar assumindo outras competências e exigências do campo técnico que se pedem a um licenciado em Direito. Informou que este não irá receber nada a mais, uma vez que para já não irão alterar a estrutura orgânica de modo a criar cargos de chefia e não irá auferir mais alegado não existirem mais possibilidades à exceção do trabalho suplementar. -----

Em resposta ao **Vogal Eduardo Dores (CDU)** salientou que as contratações de pessoal feitas pelo atual executivo - ou que se propôs a fazer - não são de domínio político, clarificando que este executivo não fez contratações políticas. -----

Relativamente aos postos ocupados e por ocupar, refere que entende que existem células que fazem falta, nomeadamente daquela que tenha o somatório dos postos referidas pela Alexandrina, reforçando também que havia sido esse o motivo pelo qual explicou posto a posto dos nove postos a recrutar. Desta forma não compreende as questões feitas. -----

No que concerne aos encarregados operacionais, referiu que estes são os mesmos dois que existiam, salientando que nunca existiram três; referiu que em tempos existiu apenas um, e que, de há uns anos a esta parte, passaram a dois, uma vez que um deles passou por mobilidade interna de assistente operacional para encarregado. Considerou que se estaria a referir ao assistente técnico que se encontrava nos espaços verdes, esclarecendo que este não era encarregado, mas sim assistente técnico, e as suas funções passaram a ser executadas nos serviços administrativos e mais concretamente nos licenciamentos na sequência da competência que havia sido transferida para as freguesias no ano anterior. Mencionou que tem feito um trabalho difícil, uma vez que a informação que veio da Câmara não veio nas melhores condições e, sendo esta uma área delicada, em termos administrativos existe a necessidade de grande investimento de força de trabalho, nomeadamente na construção dos arquivos. -----

Informou que gostaria ainda de deixar uma nota que não tem a ver propriamente com o mapa de pessoal: a CDU normalmente não vota a favor do mapa de pessoal, abstém-se, referindo que fica com pena. -----

Destacou que deixa um louvor e que se congratula pelo esforço feito por parte de todos os trabalhadores em 2020, e que requererá um esforço ainda maior em 2021, porque efetivamente, e precisariam de técnicos superiores, mostrando-se defensor dos mesmos e de pessoas que crescessem, não estando implicado o facto de se ser ou não licenciado. Salientou ainda que, caso pretendessem contratar pessoas de foro político, há muito que o haviam feito e que aí sim, teriam contratado técnicos superiores para o cargo de chefes de divisão para ocuparem cargos políticos. Salientou, contudo, que não iriam por esse caminho, referindo que desde há muitos anos que tinham uma assistente técnica a fazer contratação pública aludindo para as centenas de contratos publicados atualmente, bem como concursos públicos internacionais e não é por ela não ter formação superior em Direito ou Financeira que não seja uma das melhores trabalhadoras da área e do mapa de pessoal. Referiu uma vez mais, que fica triste com o voto contra por parte da CDU, uma vez que se congratula com duas medidas que o grupo parlamentar do PCP havia introduzido em sede da especialidade do Orçamento de Estado para 2021 e que diziam respeito à regularização dos postos resolutivos certos e incertos que se encontravam no âmbito das delegações de competências e que, por via da nova lei de transferência definitiva, pudesse ter um processo mais célere como o PREPAV e pudesse integrar esses trabalhadores, não os sujeitando a uma concorrência desleal, e que se prendia com o fato externo de abrir à concorrência a possibilidade de concorrer; esta medida veio reforçada na proposta final do Orçamento de Estado. Contudo, ressaltou o facto de a Freguesia de Mina de Água já se ter antecipado e começado a regularizar em 2020. Referiu ainda que uma outra medida proposta pelo PCP e com a qual se congratula é a atribuição do Prémio de risco e insalubridade, reforçando desta forma a sua tristeza pelo voto contra por parte da CDU. Frisou que o que estariam a votar não são opções políticas e dizem respeito à contratação de empresas ou trabalhadores, destacando o esforço feito pela Freguesia na regularização de mais nove postos de trabalho incertos, e reconhecendo igualmente o mérito

da Assembleia nesta matéria. Por fim, salientou igualmente que este ano estariam a prever ficar com zero postos resolutivos incertos e que iriam acabar com a única avença não liberal. -----

Da intervenção do **Vogal Rui Monteiro (PSD)**, referiu que as palavras dirigidas aos trabalhadores são importantes e que os mesmos deverão ficar satisfeitos com estas. -----

A mesa foi interpelada pelo **Vogal Eduardo Dores (CDU)** em reação à intervenção do Senhor Tesoureiro, sendo-lhe concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Eduardo Dores (CDU) 3.05.31/3.05.58 - Intervenção transcrita na íntegra – “Queria reagir à intervenção do Nuno Rocha. -----

Obviamente que a CDU... vou lembrar: nós temos votado quase sempre, talvez no último ano porque deu muita polémica nos tenhamos absterido, penso que na maioria das bancadas se absteram, porque de facto deu muita polémica e de facto não havia condições para se votar a favor. De resto, os restantes seis anos nós sempre votámos” (ficou sem rede e congelou, perdendo-se o contato com o membro da assembleia). -----

A mesa foi interpelada pela **Vogal Alexandrina Louro (MIMA)** para colocar mais uma questão, à qual foi concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 3.06.50/3.07.39 - Intervenção transcrita na íntegra – “Era em relação a uma questão que o Nuno referiu: já não é a primeira vez que ele refere e eu tenho deixado passar e eu hoje tenho de perguntar e quero deixar claro que estou a fazer a pergunta, mas não tenho mesmo a resposta e o Nuno percebe, vai perceber porque estou a dizer isto quando eu fizer a pergunta. Eu não sei mesmo e ele referiu o trabalho exemplar de uma trabalhadora. Aquilo que eu gostaria de saber é se a avaliação que é dada a essa trabalhadora reflete o trabalho exemplar que o Nuno, que o Senhor Tesoureiro já várias vezes ... (impercetível) ... em Assembleia. Era só esta pergunta.” -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)** concedeu uma vez mais a palavra ao **Vogal Eduardo Dores (CDU)** para que este pudesse concluir a sua intervenção que havia sido interrompida por motivos técnicos. -----

Vogal Eduardo Dores (CDU) 3.07.45/3.08.33 - Intervenção transcrita na íntegra – “Eu já estava praticamente no fim, enfim. -----

Saudar o esforço, que a Junta tem feito na regularização dos postos de trabalho no seu quadro... (impercetível).-----

Digamos, penso que algum esforço tem sido feito, mas não é o suficiente, e nós sabemos que a Junta praticamente aplicou o orçamento e tem neste momento basicamente o mesmo volume de trabalhadores que tinha há oito anos, isto é, após tantas competências o quadro da Junta de Freguesia manteve-se praticamente inalterável desde 2013, salvo erro, é disto que estamos a falar. E portanto, pareceu-nos um esforço que tem sido feito... de qualquer forma nós PCP e CDU, consideramos isso insuficiente esse esforço. Disse.” -----

Colocada à votação a Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal 2021, a mesma foi aprovada com 15 votos a favor (10 PS, 3 PSD, 1 CDU, 1 CDS), 1 voto contra (1 CDU) e 3 Abstenções (2 BE, 1 MIMA). -----

A mesa foi interpelada pela **Vogal Alexandrina Louro (MIMA)** para fazer uma declaração de voto, à qual foi concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 3.10.16/3.10.37 - Intervenção transcrita na íntegra – “É evidente que eu congratulo-me, e isso é patente para todos, com as regularizações e com uma série de situações que acontecem. De qualquer das formas, eu não posso votar favoravelmente um mapa de pessoal que tecnicamente me oferece dúvidas. Enquanto o mapa de pessoal me oferecer dúvidas pela forma como é feito, eu não poderei votar favoravelmente.” -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS), propôs à Assembleia que se passasse ao ponto cinco da Ordem de trabalhos, uma vez que este requereria apreciação, discussão e votação, a qual foi aceite de forma unanime pelos membros da Assembleia de Freguesia. -----

Ponto Cinco - Apreciação, discussão e votação da Autorização Genérica para dispensa de Autorização prévia da Assembleia de Freguesia dos Compromissos Plurianuais – Art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 DE 21 de Fevereiro - Regulamentada pelo Art.º12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para apresentação do documento. -----

Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 3.11.33/3.12.24 – Informou que esta Autorização Genérica suporta o ponto anterior, mencionando que esta vinha na sequência da lei e com o intuito de demonstrar à assembleia quais são os compromissos plurianuais assumidos no ano de 2020 ao abrigo desta autorização genérica já concedida pela Assembleia em anos anteriores. Desta forma, vem mais uma vez solicitar essa dispensa, para que se possa planear - uma vez que é uma necessidade devido a alguns compromissos plurianuais quase obrigatórios, exemplificando com as telecomunicações e que se viriam a traduzir em compromissos futuros, - realçando que esta é uma prerrogativa permitida por lei e que é anualmente trazida à Assembleia para dar suporte à decisão. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os **Vogais Maria Cândida Pereira (BE), Alexandrina Louro (MIMA), Rui Monteiro (PSD), Eduardo Dores (CDU) e Manuel Patrão (PS)**.-----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à **Vogal Cândida Pereira (BE)**. -----

Vogal Cândida Pereira (BE) 3.12.52/3.17.48 – Referindo-se às últimas palavras proferidas pelo Senhor Tesoureiro - relativamente ao facto de este dizer que a lei conferiria ao Executivo o direito de solicitar a autorização genérica - informou que havia feito algum estudo sobre esta matéria e que não tinha a certeza de que a lei lhes confira esse direito: mencionou que havia lido todas as disposições legais que vinham evocadas na informação feita pelo Senhor Presidente e mencionou que não há nenhuma que dissesse que tem dúvidas que este procedimento seja legal, uma vez que se baseiam numa disposição legal que é permitida para a Administração Central, falando em Despacho genérico; devido ao facto de, quando a administração central necessita de solicitar à tutela e às finanças, julgando que as autarquias foram beber a esta lei que de facto permite a administração central; contudo a lei não diz que o mesmo é adaptado ao poder local. Referiu igualmente que se o legislador quisesse que o poder local pudesse adaptar esta lei teria dito isso mesmo taxativamente, considerando que quem tem algumas noções de Direito saberia que isto é verdade. Salientou igualmente que quando uma Lei se aplica à administração central e a quem aplicar à administração local, a própria lei refere as adaptações necessárias. Expressou ainda que poderá estar enganada, no entanto referiu que o Senhor Tesoureiro lhe poderia indicar qual seria a disposição de lei que esclarece esta possível adaptação legal às autarquias locais. Revelou que entende que esta será uma forma que a autarquia local encontrou para evitar as sucessivas assembleias, devido à necessidade de obtenção de autorização prévia por parte desta para cada

vez que precisassem de assumir compromissos que fossem repartidos por mais do que um ano económico; no entanto, no seu entendimento, a Assembleia, ao dar autorização genérica, estaria “a passar um cheque em branco”, conferindo desta forma legitimidade para se assumirem compromissos pouco planeados. Declarou que o Bloco de Esquerda entende a necessidade do executivo em agilizar a tomada de decisões, embora considere que após análise ao PPI e ao PPA, não existe essa necessidade, já que são poucos os compromissos plurianuais. Terminou a sua intervenção referindo que o procedimento não lhe parece legal ou que tenha fundamento legal, a não ser que o Senhor Tesoureiro invoque uma lei que não seja adaptada. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra à Vogal Alexandrina Louro (MIMA). -----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 3.17.53/3.20.39 - Intervenção transcrita na íntegra – “Não posso deixar de concordar com a Cândida, até porque eu também fui ver a legislação que é referida, vi algumas atas de outras Juntas de Freguesia, vi atas das Câmaras... no fundo andei aqui a pesquisar porque isto, da última vez que isto veio à Assembleia, ok passou, mas eu fiquei aqui sempre com... com uma dúvida, e agora, pronto, tive mais tempo. Felizmente os documentos deram-nos, permitiram-nos... o tempo com que os documentos chegaram permitiram que algum outro tipo de análises, e eu também tenho dúvidas. Eu li efetivamente as três leis que é referida e a autorização genérica, eu fui encontrá-la num parecer na Administração Central, para a Administração Central. Tenho dúvidas, e quando tenho dúvidas ou eu fico muito bem esclarecida e assumo a posição de defender ou então é impossível assumir. Concordo efetivamente com a Cândida que aquilo que nós estamos a fazer é de passar um cheque em branco; eu vi em algumas Câmaras e acredito que nas Câmaras seja este... esta... este procedimento agilize alguns procedimentos que a Câmara tem que ter, na Junta também não vejo necessidade disso; hoje em dia é fácil convocar uma Assembleia, organizamo-nos todos, estamos por videoconferência e podemos efetivamente, caso a Junta necessite nós, estar cá para fazer aquilo que a lei prevê que a Assembleia faça. E a acontecer isto, de certa forma, nós demitimo-nos de fazer aquilo que deveremos fazer. Por outro lado também vi, como eu estava a dizer à bocadinha, algumas nas câmaras, e vi nas atas: aquilo que efetivamente acontece e que as Câmaras fazem, e que têm isto, que pediram a autorização genérica para dispensa da autorização prévia, levam com regularidade às Assembleias Municipais a listagem das... dos compromissos assumidos, dos contratos feitos, eu não sei qual será bem o termo. Aqui nós recebemos, está ali noutra parte uma listagem compactada. De forma que efetivamente eu irei votar contra, a não ser que eu consiga perceber que está previsto na legislação; mas mesmo assim acho que não se justifica nós deixarmos de vir aqui para fazer aquilo que a Lei prevê que façamos. É só.” -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Rui Monteiro (PSD). -----

Vogal Rui Monteiro (PSD) 3.20.42/3.22.57 – Referiu que o PSD também tem as mesmas dúvidas e que assumir esta dispensa, principalmente num ano que antecede um ato eleitoral, levanta muitas dúvidas, referindo que este não é um bom sinal de transparência. Considera igualmente que não tem existido essa necessidade - até porque raramente têm existido Assembleias extraordinárias, - aludindo para uma última extraordinária que havia sido feita apenas para aprovar atas e não havia nenhuma questão relativa a contratos plurianuais. Referiu ainda que, até pela forma de trabalhar da Junta que faz as coisas para que não exista a necessidade de qualquer tomada de decisão rápida, não vê a necessidade nem o objetivo desta dispensa. Salientou também a importância de perceber onde é que o dinheiro é gasto e quais os serviços contratados, considerando que esta seria uma retirada de uma ferramenta que permite ter uma visão do que é contratado, e parecendo-lhe que seria um retrocesso em termos democráticos. Informou que o PSD também iria votar contra, porque não consideram importante, sobretudo no ano a que se refere. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Eduardo Dores (CDU). -----

Vogal Eduardo Dores (CDU) 3.23.15/3.24.19 – Intervenção transcrita na íntegra – “A minha intervenção vai no sentido de que de alguma forma já foi dito. Penso que sei que este é um processo que decorre da lei, que está a ser colocado quer às Juntas de Freguesia, quer às Câmaras Municipais; de qualquer forma, aquilo que temos vindo a assistir ao longo dos tempos, é digamos assim, de tornar cada vez mais as Assembleias de Freguesia inúteis; qualquer dia a Assembleia de Freguesia não tem que se pronunciar sobre nada. Cada vez mais o espírito da Lei tende a retirar competências às Assembleias de Freguesia e possivelmente um dia destes à maioria absoluta e de um determinado partido e de um determinado órgão e não se justifica fazer Assembleias porque não é preciso levar documento nenhum ou quase nenhum à discussão e, portanto, torna isto absolutamente inútil. Portanto do nosso ponto de vista não concordamos com o espírito desta Lei e vamos votar contra também. Disse.” -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Manuel Patrão (PS). -----

Vogal Manuel Patrão (PS) 3.24.29/3.25.04 – Referiu que se esta questão se encontra na Lei ou não, não o sabe, uma vez que não percebe de Direito. Contudo, aludiu para a confusão que esta questão havia gerado e que a prova de que tudo correu de acordo com o que havia sido aprovado era de que até hoje não havia ouvido ninguém a queixar-se que a Junta de Freguesia e o seu Executivo se tivesse comportado de forma diferente daquilo que tinha sido aprovado. Declarou que o Partido Socialista confia no Executivo e que vai votar a favor. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS), para esclarecimento de dúvidas. -----

Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 3.25.11/3.35.55 – Esclareceu que nunca havia sido intenção deste Executivo retirar competências ao órgão deliberativo; clarificou igualmente que a competência para autorizar despesa é e será sempre - até alguma alteração legislativa - do órgão Executivo. Informou ainda que não seria pelo facto de não terem esta proposta aprovada para assumir compromissos plurianuais que seria a Assembleia de Freguesia a aprovar ou a executar a despesa da Junta de Freguesia. Esclareceu uma vez mais que o que haviam trazido no ponto anterior era o que decorria da aprovação genérica desta proposta, e que é dar conhecimento ao órgão deliberativo dos contratos que foram assumidos no âmbito da autorização genérica. Referiu também que, se olharem aos contratos que lá estão - como combustíveis, comunicações, revisor oficial de contas, empresa de espaço verdes, - são contratos que fazem e que serão mais daqui para a frente, aludindo para o cumprimento dos princípios da concorrência, transparência de igualdade que se encontram previstos no CCP; é a abertura de procedimento pelo concurso público, e obviamente não iriam abrir concursos por um ano, tentando abrir pelo máximo, que seriam três anos. Mencionou também que os procedimentos que constam daquela lista - que anteriormente haviam tomado conhecimento - não dependia do facto de esta proposta ser ou não aprovada pelo Órgão deliberativo, porque não terá, em momento algum, influência na consulta preliminar que vão fazer ao mercado sobre qual será o procedimento que irão adotar e quais as empresas que vão ou não contratar. Reforçou que não estão a retirar nenhuma competência à Assembleia de Freguesia porque esta não é da sua competência e esclareceu que a competência da Assembleia de Freguesia é autorizar a assunção de compromissos, ou seja, a possibilidade de assumir despesa futura em mais do que um ano económico; exemplificou ainda os pagamentos em mais do que um ano económico – que já são plurianuais - referindo que a Assembleia não irá pretender fazer reuniões para aprovar contratos de alarmes de dois anos que custa 24 euros por mês. Explanou igualmente que, à exceção das telecomunicações que colocam barreiras para assumir um compromisso de doze meses, poderão fazer todos os outros com compromissos de 12 meses, não tendo desta forma de trazer à Assembleia. Expressou ainda que a transparência é total e apenas estavam a falar em não criar mais entropias aos serviços. Relativamente à questão legal, esclareceu que também não é formado em Direito, contudo também vai lendo e acredita que as outras

Freguesia e Câmaras municipais não estariam a proceder incorretamente, mas admite que existam algumas dúvidas, comprometendo-se a tentar ajudar esclarecendo os regimes jurídicos mencionados, nomeadamente o decreto lei n.º 197/99 que se referia ao regime jurídico que diz respeito às despesas públicas e que era anterior ao CCP decreto Lei n.º 18/2008 (revogado mas não na sua totalidade, tendo sido recuperados alguns dos artigos). Referiu ainda que se fossem ao n.º 6 do artigo 22.º - relativo à assunção de mais do que um ano económico - este refere que no caso da entidade adjudicante ser uma das referidas nas alíneas d) ou e) do artigo 2.º - e se forem à lista das entidades no âmbito da aplicação pessoal - verão que na alínea d) se encontram as autarquias locais e a entidades equiparadas sujeitas à tutela administrativa e que nos diplomas referem sempre o ministro que tutela e que no caso das autarquias seria o Presidente do órgão executivo da Junta de Freguesia. Após os esclarecimentos da legislação mencionou que considera não estar a ferir a Lei, uma vez que não vê isto como uma questão política, mas sim como uma questão técnica e administrativa, contudo percebe a questão política que foi levantada. Esclareceu que não estariam a assumir uma despesa para a qual não exista disponibilidade orçamental, estaria apenas a solicitar autorização para que possam fazer uma melhor gestão em algum tipo de procedimentos.

A mesa foi interpelada pela Vogal Maria Cândida Pereira (BE) para fazer clarificar a sua intervenção, à qual foi concedida a palavra pelo senhor Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS). -----

Vogal Maria Cândida Pereira (BE) 3.36.05/3.37.51 – Informou que apenas gostaria de clarificar parabenizar o Vogal Tesoureiro Nuno Rocha pelas suas qualidades de orador, referindo que, para quem não estava por dentro destas matérias, este consegue convencer que os problemas aqui levantados não têm lógica nenhuma e que o órgão da Assembleia pretenderia ter mais competências das que lhes estão conferidas por lei. Esclareceu que ninguém havia dito que o Executivo não tem poderes para executar despesa e que pretendem que tudo venha à Assembleia. Recordou ainda que a Lei 8/2012 - lei dos compromissos e pagamentos em atraso - havia saído para evitar os endividamentos das Autarquias Locais e que o que queriam, e o que a lei permite que venha à Assembleia, é a autorização prévia. Referiu novamente que a explanação do Vogal Tesoureiro Nuno Rocha daria a entender que as questões levantadas não fariam sentido e salientou que apenas pretendem que, sempre que o executivo pretenda assumir compromissos plurianuais, peça a autorização prévia nos termos da Lei. -----

Colocada à votação a apreciação, discussão e votação da Autorização Genérica para dispensa de Autorização prévia da Assembleia de Freguesia dos Compromissos Plurianuais – Art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 DE 21 de Fevereiro - Regulamentada pelo Art.º12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06, a mesma foi aprovada com 10 votos a favor (10 PS), 8 voto contra (3 PSD, 2 BE, 2 CDU, 1 MIMA) e 1 Abstenções (1 CDS). -----

A mesa foi interpelada pela **Vogal Maria Cândida Pereira (BE)** para fazer declaração de voto, à qual foi concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Maria Cândida Pereira (BE) 3.38.40/3.39.13 – Informou que o Bloco de Esquerda havia votado contra atendendo ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março que refere que assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia de Freguesia. -----

Ponto Três - Apreciação da Informação Escrita do Presidente. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)** concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra os **Vogais Ricardo Girão (PSD), Nuno Ramalho (PSD), Sónia Baptista (CDU), Maria Cândida Pereira (BE) e Alexandrina Louro (MIMA)**. -----

Vogal Ricardo Girão (PSD) 3.39.55/3.40.50 – Informou que gostaria de colocar uma questão em relação à informação escrita, à qual solicitava resposta. Referiu que a informação escrita menciona que a Junta de Freguesia se havia estabelecido como parceira de três entidades em candidaturas ao programa governamental Bairros Saudáveis, nomeadamente os projetos Bairros Compassivos, Mentas Saudáveis e Boba Educa; nesta senda gostaria que lhe explicassem mais em pormenor em que é que consistem estes projetos e quais os objetivos dos mesmos. -----

Vogal Nuno Ramalho (PSD) 3.40.54/3.41.46 – Referiu que, relativamente à resposta do Senhor Presidente na questão do Parque central e do ringue desportivo, considera mesma extraordinária uma vez que seria muito anterior à questão do Covid e que aquele espaço se encontrava inutilizado há anos, aludindo que não poderia justificar isso com questões de vandalismo; considerando que a responsabilidade de evitar a mesma seria do executivo da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, o Vogal salientou que ambas as entidades teriam a responsabilidade de promover um município e uma freguesia nos quais as crianças possam brincar em liberdade e em segurança. -----

Vogal Sónia Baptista (CDU) 3.41.51/3.42.34 - Intervenção transcrita na íntegra – “Eu também vou apenas responder em função do primeiro ponto das atividades que estão previstas. E eu não sendo da Freguesia de nascença, não é? Mas morava mesmo aqui ao lado e tinha muitos amigos daqui. Sei que umas das tradições, pelo menos da zona de Mina, eram os carrinhos de rolamentos, e nunca vi inscrito concurso... sei que aqui há uns anos já foi feito - aqui há uns anos não há muitos - mas como se falou muito no casal de São Brás também gostaria de deixar aqui um reparo que há mais atividades e que são tradicionais da nossa, da nossa miudagem vá, miudagem que agora tem a minha idade. Disse.” -----

Vogal Maria Cândida Pereira (BE) 3.42.37/3.44.23 – Informou que gostaria de deixar uma pequena nota relativamente a uma das entidades parceiras da Junta. Referiu que não conhecia a entidade LInQue e que esta não pertencia à Comissão Social de Freguesia, contudo soube que esta é uma cooperativa de cuidados paliativos em casa e que tem a sede social em Nafarros, Sintra e a sede operacional na Freguesia de Arroios, em Lisboa. Questionou se na Freguesia de Mina de Água não existe nenhuma entidade de cuidados paliativos em casa com a qual a Junta pudesse fazer uma candidatura como parceira para esta área; em caso afirmativo, e se não existe nenhuma entidade na Freguesia ou no Concelho que tenha esta valência, seria bom pensar no assunto para não ter de recorrer a entidades de outros Concelhos. -----

No que concerne às atividades nas diversas áreas mencionou que ficam sem saber se os trabalhos que foram colocados à Câmara foram feitos. -----

Informou que este documento não se encontra assinado pelo Presidente, embora admita que este responda por ele e que exista um lapso na assinatura. -----

Vogal Alexandrina Louro (MIMA) 3.44.30/3.49.27 - Intervenção transcrita na íntegra – “Eu vi o documento e pronto, fiquei com algumas dúvidas. -----

Em relação aos projetos tenho a mesma dúvida levantada pelo, penso que foi pelo Ricardo ou pelo Tiago, de qualquer das formas foi pela bancada do PSD. Percebo as questões levantadas e concordo com as questões levantadas pela Cândida, mas eu tenho aqui algumas dúvidas que eu gostaria que o Senhor Presidente de Junta respondesse e elas estão na página seis do documento. Tem lá “continuando a apostar na valorização e preservação do património da nossa Freguesia” e depois tem uma listagem de executados. Eu tenho alguma dificuldade com os executados e com... eu percebo os executados e os solicitados, não percebo depois o que acontece com os solicitados, e esta forma destas grelhas torna-me alguma... deixa-me alguma, com alguma dificuldade para analisar o documento de uma forma mais seguida. De qualquer das formas aqui tem, executados tem pequenas obras de requalificação e conservação e depois temos obras que

foram feitas no edifício da Av. Do Movimento das Forças Armadas, na sede da autarquia, na delegação de Carenque, instalações do Mercado Municipal da Mina, Estaleiro de apoio aos serviços de manutenção, Espaço sénior da Freguesia, Espaço E-Solidário, pronto, nós efetivamente não conhecemos, alguns Membros da Assembleia, não conhecem as instalações que existem, porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não teve a delicadeza de aceder ao pedido desta Assembleia, no sentido de visitarmos as instalações. De qualquer das formas de requalificação e conservação, eu olho para aqui não faço a mínima ideia de que obras foram, o relatório podia referir, poderia inclusive referir os gastos, porque nós não vamos conseguir perceber a onde esse dinheiro foi gasto, ou melhor que tipo de obras foram? Custaram 500,00€ (quinhentos euros), custaram 5.000,00€ (cinco mil euros), custaram 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros)? Seria importante nós sabermos, em nome da transparência, em nome daquilo que já foi referido aqui nesta Assembleia. Mas, depois fico com dúvidas porque isto diz assim "pequenas obras de requalificação e conservação no Espaço Sénior da Freguesia", tanto quanto eu sei o Espaço Sénior da Freguesia é um espaço arrendado, se é um espaço arrendado que obras é que nós lá fomos fazer? A lei permite-nos isto? Quer dizer eu sei que não permite, eu estou a levantar a questão, mas eu sei que não permite, não é. Depois Espaço E-Solidário fico sem saber se é o espaço que estava em São Brás, que não sei se está desativado se não, se é o espaço cá de baixo e se é cá de baixo também penso que não será da Junta. Isto são algumas dúvidas que se me levantam. Depois, em relação ao edifício da Av. Movimento das Forças Armadas, eu já levantei nesta Assembleia a questão e perguntei quem é que era o dono do edifício. Tanto quanto eu sei, a não ser que essa situação esteja neste momento regularizada, o edifício não era da Junta. Já me foi dito aqui pelo Senhor Presidente que o edifício era da Câmara Municipal. Também não consegui perceber se era da Câmara, como não consegui perceber eu acho que um dia destes eu vou pedir a caderneta predial do edifício da Av. Movimento das Forças Armadas para eu perceber quem é que é o dono, porque no fundo, no fundo aquilo que estamos a fazer é obras em casa alheia e a Lei não permite isso. De qualquer das formas, ok, a obra pode ser colocar um interruptor, eu nem estou a colocar essa questão, aquilo que eu gostaria de ver refletido neste relatório é que obras são e qual é a envergadura. -----

Em relação à questão dos projetos tenho a mesma dúvida e vi ali uma associação referida e vou aproveitar para levantar uma questão que eu na altura não me, para alertar, fazer um alerta que eu não me lembrei e que o Senhor Presidente referiu aqui que os Cavaleiros de São Brás devem cerca de 3.000,00€ (três mil euros) de água, aquilo que eu gostaria de perguntar é se o cano roto que existia naquele, naquela loja e que estava na parede entre a loja onde estavam os Cavaleiros e o SMAP, tava lá um cano roto, e eu lembra-me, sei desta situação e sei que foi pedida a reparação do cano, é se esse cano já foi reparado e se a conta da água tem alguma coisa a ver com a rutura do cano, se ele não foi reparado possivelmente terá, pronto. O Presidente possivelmente não me saberá responder a isto, possivelmente nem sabe que o cano estava roto, mas era um alerta que eu gostava de ver, é que um cano roto numa parede se tiver continuamente a deitar

água, a conta da água garanto-vos que é muito grande, pronto. Em relação ao documento era só estas questões que eu tinha para colocar.” -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao Presidente Joaquim Marques Rocha (PS), para esclarecimentos. -----

Presidente Joaquim Marques Rocha (PS) 3.49.32/4.05.18 – Em resposta à **Vogal Alexandrina Louro (MIMA)** informou que todas as melhorias que se encontram na página seis foram feitas pelo pessoal da Junta, exemplificando com as reparações feitas no espaço sénior, devido ao facto de este se ter encontrado fechado durante muito tempo e por este ter de ser utilizado para a vacinação, não podendo assim ser aberto ao público nas condições em que se encontrava; de forma semelhante, referiu a título exemplificativo a substituição de lâmpadas ou pequenas reparações nas diversas instalações. Relativamente à conta da água informou que esta nada teria a ver com o cano roto, uma vez que já tinham a água cortada há anos. Informou ainda que no âmbito da reunião havia ficado clarificado que enquanto as instalações não forem possuidoras de água não seria possível a renovação do protocolo, uma vez que não reunia as condições necessárias para as instalações permanecerem abertas. Salientou ainda que, em resposta à questão da informação escrita, esta terá sido elaborada pelos serviços e pelos técnicos, não tendo mais a acrescentar.-- Em resposta ao **Vogal Nuno Ramalho (PSD)**, informou que a Junta, relativamente ao polidesportivo, nada tem a ver com o parque central e que a decisão de inativar o polidesportivo havia sido tomada pela Câmara Municipal, justamente porque, que se tivessem solicitado o seu parecer, este seria negativo, uma vez que não concorda com a inativação deste parque. Informou ainda que havia sido descentralizado recentemente o Parque Central, mas apenas no âmbito dos espaços verdes. -----

Em resposta ao **Vogais Ricardo Girão (PSD) e Maria Cândida Pereira (BE)** relativamente às parcerias, informou que a junta havia sido chamada para ser parceira, mas os candidatos são as entidades. -----

A mesa foi interpelada pelo **Vogal Ricardo Girão (PSD)** para fazer uma questão, a quem foi concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Ricardo Girão (PSD) 4.05.33/4.07.22 – Referiu que, mais uma vez, não obteve resposta à questão colocada e que o que pretende saber é apenas em que é que consistiam essas parcerias

e quais são os objetivos desses projetos, uma vez que a parceria implicaria um conjunto de responsabilidades. -----

Relativamente à Vogal Cândida Pereira, esclareceu que não tinha dito que isto era um protocolo, mas que paralelamente a este programa a Câmara Municipal da Amadora já havia estabelecido há vários anos um protocolo com a LInQue para a salvaguarda dos cuidados paliativos no Concelho da Amadora, uma vez que existe esta lacuna no concelho e que esta era das poucas entidades do país que trabalha na área dos cuidados paliativos. -----

O **Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS)**, tomou da palavra para informar que esta Assembleia se iria prolongar até às 00.30 de dia 18 de dezembro. -----

O **Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS)** concedeu a palavra ao **Presidente Joaquim Marques Rocha (PS)**, para esclarecimentos. -----

Presidente Joaquim Marques Rocha (PS) 4.07.38/4.08.01 - Em resposta ao **Vogal Ricardo Girão (PSD)** informou que ainda durante o dia de amanhã dará instruções à técnica para lhe enviar a informação solicitada acerca dos projetos. -----

A mesa foi interpelada pelo **Vogal Rui Monteiro (PSD)** para fazer uma questão, a quem foi concedida a palavra pelo senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS)**. -----

Vogal Rui Monteiro (PSD) 4.09.51/4.11.17 – Referiu que gostaria de perceber um bocadinho o que havia sido dito pelo Senhor Presidente Joaquim Marques Rocha, uma vez que ficou com a ideia de que a Câmara havia decidido inativar o polidesportivo do parque central sem consultar a Junta de Freguesia, e questionou se isso poderia acontecer com o *Skate Park*. Referiu também que a maiorias das competências descentralizadas eram acordadas entre a Câmara Municipal e a Junta, sendo que, se existe uma relação de proximidade entre as duas entidades, estranha o facto de a Câmara inativar este equipamento sem consultar a Junta, bem como estranhava a Junta não conseguir defender por forma a manter aquele equipamento ativo. -----

O **Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS)** concedeu a palavra ao **Presidente Joaquim Marques Rocha (PS)**, para esclarecimentos. -----

Presidente Joaquim Marques Rocha (PS) 4.11.20/4.12.09 - Em resposta ao **Vogal Rui Monteiro (PSD)** informou que, na altura em que foi inativado o polidesportivo, não exista nenhuma descentralização para a Junta de Freguesia relativamente ao parque central, com exceção do equipamento do lago. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS), tomou da palavra para auscultar os membros da Assembleia relativamente às intervenções para o ponto quatro, uma vez que considera este já havia sido amplamente discutido na sequência da aprovação do ponto cinco e se estes têm mais alguma consideração a tecer relativamente a esse ponto, tendo a **Vogal Maria Cândida Pereira (BE)** manifestado interesse em intervir -----

Ponto Quatro - Apreciação dos Compromissos Plurianuais. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra às forças políticas, tendo-se inscrito para tomar a palavra a **Vogal Maria Cândida Pereira (BE)**. -----

Vogal Maria Cândida Pereira (BE) 4.12.48/4.13.50 – Questionou que serviços estariam contratualizados, uma vez que os ajustes diretos n.º 10/2019 e o n.º 22/2018 são relativos aos revisores oficiais de contas, e considerando a existência de um contrato de três anos assinado em 08 de janeiro de 2018 e que, em 15 de abril de 2019, celebraram outro contrato por dois anos. Manifestou intenção de saber se o primeiro contrato não incluiria os serviços que viriam ser contratados mais tarde e que serviços estariam contemplados em cada um dos contratos. -----

O Presidente da Assembleia Carlos Garcia (PS) concedeu a palavra ao **Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS)**, para esclarecimentos.-----

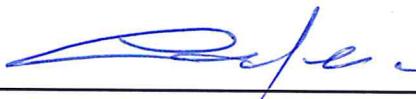
Vogal Tesoureiro Nuno Rocha (PS) 4.14.12/4.14.47 – Esclareceu que, relativamente aos mapas de compromissos e no que se referia ao compromisso com os Revisores Oficiais de Contas, as primeiras prestações de contas foram apresentadas em regime simplificado e a partir do momento em que adotaram o regime geral e que foram obrigados a prestar contas também da vertente patrimonial, tiveram de estender igualmente o contrato à revisão de contas, justificando desta forma o novo ajuste direto que é o complemento do procedimento inicial. -----

Após leitura, o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação a ata minuta com as deliberações da Ordem de Trabalhos da presente sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Por nada mais haver a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos os Vogais e desejou Boas Festas a todos; acrescentou que endereça em nome de todos os membros da Assembleia de Freguesia as Boas Festas para todos os elementos da Junta de Freguesia e

enalteceu o trabalho prestado por estes em prol da Freguesia. Deu por encerrada a sessão às zero horas e trinta minutos de dia 18 de dezembro de 2020, tendo sido lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e Secretário. -----

Presidente



Secretário

